



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**A União Europeia e a Rússia: da interdependência à
insegurança energética**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais:
Política Internacional Contemporânea

Autora: Diana Skochylyas

Orientador: Professor Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé

Número da candidata: 30002798

Abril de 2025

Lisboa

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais que me deram as suas próprias asas para que pudesse
voar mais alto.*

*À minha irmã e ao meu cunhado que têm sido uma fonte constante de
resiliência e alegria.*

Ao meu querido David, obrigada por seres a minha Estrela Polar.

*Se este trabalho representa uma conquista, é um reflexo do apoio
constante e do amor que me deram ao longo deste percurso.*

Resumo

A energia, historicamente considerada um elemento estabilizador nas relações União Europeia-Rússia, com os benefícios económicos mútuos moldando a cooperação entre ambos. Os desenvolvimentos geopolíticos nas últimas duas décadas, particularmente o uso de recursos energéticos pela Rússia como ferramenta estratégica, transformaram a energia de uma fonte de estabilidade num potencial ponto de conflito. Neste sentido, a dissertação pretende explorar a complexa e evolutiva relação energética entre a União Europeia (UE) e a Rússia, com foco na transição da interdependência económica para uma dinâmica energética cada vez mais assimétrica e insegura.

Ao longo da presente dissertação, iremos analisar o papel da energia nas fases cooperativas e contraditórias das relações UE-Rússia, examinando como a interdependência energética evoluiu para uma dependência mais assimétrica. Além disso, iremos investigar ainda como os recentes eventos geopolíticos, nomeadamente a invasão da Ucrânia em 2022, exacerbaram a insegurança energética dentro da UE e desencadearam uma reavaliação das suas políticas energéticas.

Palavras-chave: Energia; Segurança; Rússia; União Europeia.

Abstract

Energy, historically considered a stabilizing element in EU-Russia relations, with mutual economic benefits shaping cooperation between the two. Geopolitical developments over the past two decades, in particular Russia's use of energy resources as a strategic tool, have turned energy from a source of stability into a potential point of conflict. In this sense, the dissertation aims to explore the complex and evolving energy relationship between the European Union (EU) and Russia, focusing on the transition from economic interdependence to an increasingly asymmetric and insecure energy dynamic.

Throughout this dissertation, we will analyze the role of energy in the cooperative and contradictory phases of EU-Russia relations, examining how energy interdependence has evolved into a more asymmetric dependency. In addition, we will investigate how recent geopolitical events, including the invasion of Ukraine in 2022, have exacerbated energy insecurity in the EU and triggered a reassessment of its energy policies.

Keywords: Energy; Safety; Russia; European Union.

Índice

Introdução	10
Problemática.....	10
Metodologia	10
Estrutura.....	11
CAPÍTULO I.....	13
<i>Enquadramento teórico-conceptual.....</i>	13
1. Do Neoliberalismo para o Neorrealismo	13
2. Segurança Energética e Geopolítica da Energia	17
3. Instrumentalização da energia.....	22
4. Revisão da literatura	26
CAPÍTULO II.....	32
<i>A situação energética da UE e da Rússia</i>	32
1. Relação UE-Rússia.....	32
2. Rússia como fornecedor de energia	35
3. Diferentes projetos	37
1. Nord Stream (2011).....	37
2. South Stream	39
3. Nord Stream 2	40
4. União Europeia e Políticas Energéticas.....	41
1. Mudança de abordagem da UE.....	41
2. The Energy Community	43
3. Primeira revisão estratégica de energia (2007)	44
4. Segunda revisão estratégica de energia	46
5. Tratado de Lisboa (2009)	48
5. Acordo de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia (2012-2014).....	49
CAPÍTULO III	51
<i>União Europeia: cooperação e diversificação</i>	51
1. Introdução.....	51
2. Diferentes atores e estruturas	52
1. Importância de atos preliminares.....	52
2. Papel de infraestruturas e acordo pré-invasão	53
3. Resposta da UE às crescentes tensões	54
1. Medidas de prevenção e segurança energética.....	54
2. Mudança pós-invasão de 2022	56
4. Cooperação energética com outros atores	60
5. Conclusão.....	63
CAPÍTULO IV.....	64
1. Introdução.....	64

2.	<i>Timeline</i> da Estratégia Energética Russa (antes de 2022)	64
3.	Conclusão	68
1.	Introdução	69
2.	Evolução da relação energética UE-Rússia	69
3.	Mudanças nos últimos anos: antes e depois da invasão da Ucrânia	71
4.	Reavaliação da dependência	73
5.	Preocupações e desafios dos atores	74
	<i>Conclusão</i>	77
	<i>Bibliografia</i>	81

Lista de Quadros e de Gráficos

Figura 1 – Importação de recursos energéticos, UE-28, 1990-2017 (página 32)

Figura 2 – Modelo de Instrumentalização da Energia (página 36)

Figura 3 – Mapa dos gasodutos (página 38)

Figura 4 - Alterações no aprovisionamento de gás dos principais parceiros da UE (2021-2023) (página 58)

Figura 5 - Taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) na Rússia mensalmente 2019-2024 (página 70)

Lista de Abreviaturas

UE – União Europeia

RI – Relações Internacionais

EM – Estados-membros

CE – Comissão Europeia

CEP – Política Energética Comum

PNE – Nova Política Energética

ZCLAA – Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado

XXI – vinte e um

Lista de Siglas e Acrónimos

AIE (IEA) – Agência Internacional de Energia (International Energy Agency)

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IRENA – Agência Internacional de Energia Renovável

SGC – Southern Gas Corridor

ITGI – Turquia-Grécia-Itália

AA – Acordo de Associação

PEV – Política Europeia de Vizinhança

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

RES – Fontes de Energia Renováveis (Renewable Energy Sources)

Introdução

Problemática

Há muito que a relação energética entre a União Europeia (UE) e a Rússia se caracteriza pela interdependência, com a UE a depender fortemente do gás natural e do petróleo russos, enquanto a Rússia depende dos mercados da UE para a venda das suas exportações de energia. Esta relação tem raízes históricas profundas, que remontam à época da Guerra Fria, quando a cooperação económica no domínio da energia servia para colmatar as clivagens políticas. Porém, os recentes desenvolvimentos geopolíticos têm prejudicado significativamente esta interdependência, suscitando preocupações quanto à segurança energética e à influência geopolítica que os recursos energéticos proporcionam.

A relação energética não é puramente económica, mas está profundamente interligada com considerações de política externa e de segurança, o que a torna uma questão central nas relações UE-Rússia.

Esta dissertação centra-se na compreensão de como a relação energética entre a União Europeia e a Rússia evoluiu de uma relação de benefício económico mútuo para uma relação assimétrica, dependente e insegura. O problema central gira em torno de como a energia se transformou de uma fonte de estabilidade numa potencial fonte de conflito. Procura ainda abordar a seguinte questão de investigação - “Qual é o impacto, o papel e a situação da energia na relação entre a União Europeia e a Rússia?”.

Esta questão orientará a exploração da relação energética entre os dois atores, centrando-se em como a energia se tornou instrumental na formação das suas relações adversárias e cooperativas. Especificamente, a dissertação examinará o papel da energia como instrumento económico e geopolítico nas relações UE-Rússia; a evolução da interdependência energética para uma dependência mais assimétrica, em que a Rússia goza de uma influência crescente sobre a UE; e de que forma os recentes acontecimentos geopolíticos exacerbaram a insegurança energética na UE e desencadearam esforços para reduzir a dependência energética russa.

Metodologia

A presente investigação adota, portanto, uma abordagem qualitativa, uma vez que engloba tanto investigação teórica como estudo empírico sobre a relação energética entre a UE

e a Rússia. Mais precisamente, mobilizará as teorizações específicas do neoliberalismo e do neorrealismo no que diz respeito à interdependência, cooperação e conflito geopolítico no enquadramento da análise. Como tal, o enquadramento ajudará a avaliar as várias formas de como a energia atua como motor económico e político da interação entre a UE e a Rússia.

As fontes primárias incluem relatórios políticos e declarações públicas de agências governamentais de forma a contextualizar a forma como a retórica da dependência, segurança e diversificação energética evoluiu tanto na UE como Rússia. Podemos destacar documentos como Relatórios das Estratégias Energéticas da Comissão Europeia e Acordos e Tratados de Energia. Além disso, demos uso também de artigos científicos, livros e análises políticas que oferecem perspectivas contextuais e históricas sobre a relação energética UE-Rússia.

Estrutura

Esta tese encontra-se organizada em 5 capítulos. A introdução define o cenário ao enunciar a questão de pesquisa, indicando a sua relevância no contexto geopolítico atual, e a metodologia seguida. Além disso, delimita a estrutura da tese, estabelecendo assim o quadro para a discussão.

O primeiro capítulo articula o referencial teórico, analisando o neoliberalismo e o neorrealismo como perspectivas para a compreensão das políticas energéticas. Delineia o conceito de segurança energética e investiga o papel da energia como instrumento geopolítico, estabelecendo assim uma base para o destaque da tese na dinâmica do poder. Uma revisão da literatura existente revela deficiências que este estudo pretende corrigir.

O capítulo dois explora a relação energética entre a União Europeia e a Rússia, examinando a sua interdependência histórica, as políticas energéticas da Rússia – particularmente a Estratégia Energética 2035 – e eventos significativos como as Guerras do Gás. Investiga ainda grandes projetos como o Nord Stream e o South Stream, abordando simultaneamente o desenvolvimento das políticas energéticas da UE, que englobam o Tratado de Lisboa e a Comunidade da Energia.

O capítulo três aborda as estratégias de diversificação da UE: analisa a infraestrutura pré-invasão, a União da Energia e o REPowerEU, mostrando uma mudança de postura após a invasão da Ucrânia em 2022. Depois, há também parcerias com outros fornecedores alternativos relevantes para a redução da dependência da energia russa, como os EUA e o Catar.

O capítulo quatro passa para a discussão das estratégias energéticas da Rússia: uso geopolítico de energia, dependência dos mercados europeus e desvio pós-2022 para os

mercados asiáticos. Reflete sobre questões que desafiam o poder da Rússia através de sanções e da queda da procura europeia.

O quinto e último capítulo abordaremos o estado atual das relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia e possíveis cenários futuros. Fá-lo olhando para a adaptação de ambos os atores aos desafios: a mudança de foco da UE para independência energética e a descarbonização e, para a Rússia, a perda do seu principal mercado. Ambos os cenários futuros são apresentados: tensão contínua, reconciliação parcial ou dissociação.

A conclusão sintetiza os principais resultados focados na transição da União Europeia de estratégias energéticas neoliberais para realistas, Rússia em declínio e as implicações de longo alcance das transições energéticas globais. A pesquisa explorou, em detalhes e dimensionalidade, o fenômeno geopolítico crítico, combinando tendências históricas, mudanças políticas e abordagens teóricas.

CAPÍTULO I

Enquadramento teórico-conceitual

1. Do Neoliberalismo para o Neorrealismo

Ao empregar quadros neoliberais e neorrealistas, esta tese pretende explorar a natureza dual da interdependência União Europeia (UE)-Rússia – como os laços económicos podem fomentar a cooperação, e, ao mesmo tempo, servir como ferramentas para exercer influência política. Essa dualidade é significativa para uma compreensão estruturada e abrangente das dinâmicas que impulsionam a relação, especialmente à luz dos desafios geopolíticos contemporâneos, estabelecendo a base teórica necessária para a análise.

A UE e a Rússia partilham uma relação profunda que se caracteriza por fortes laços económicos, particularmente no domínio da energia, e por profundas divergências políticas. Ao longo dos últimos anos, esta relação tem estado sujeita a uma tensão crescente, apesar de ambas as partes permanecerem economicamente interdependentes, uma situação que convida ao escrutínio a partir das perspetivas das teorias de Relações Internacionais (RI) que abordam a cooperação, o conflito e a estrutura das relações internacionais.

O neoliberalismo, tem como foco a cooperação, a interdependência e as estruturas institucionais nas relações internacionais, enquanto o neorrealismo enfatiza as relações de poder, o comportamento do Estado e a natureza anárquica do sistema internacional. Em conjunto, estes quadros proporcionarão uma compreensão discriminada da transição da interdependência para uma dependência (frágil) da energia, impulsionada por conflitos geopolíticos e pela instrumentalização estratégica da energia. (Keohane & Nye, 1977; Mearsheimer, 2001)

O neoliberalismo, no quadro teórico das RI, evoluiu principalmente como uma resposta ao realismo clássico e neorrealismo. Desafia o pressuposto da inevitabilidade do conflito no plano internacional e sublinha a possibilidade de cooperação entre Estados, particularmente através da interdependência económica, instituições partilhadas e governação multilateral. Em outras palavras, sugere, portanto, que os Estados são atores racionais que procuram maximizar os seus interesses através de mecanismos de mercado, conduzindo a relações de colaboração que beneficiam todas as partes envolvidas.

O institucionalismo do neoliberalismo é particularmente relevante quando se analisa o papel da própria UE, que desempenha o papel de uma instituição política e económica que promove a cooperação entre os seus Estados-membros (EM) e atores externos. Ao proporcionar

mecanismos para o diálogo, a resolução de conflitos e o envolvimento económico, a UE encarna muitos dos princípios neoliberais fundamentais que dão prioridade à cooperação em detrimento do conflito num sistema internacional interdependente. Trata-se, por conseguinte, de um organismo multilateral que promove a segurança energética e a cooperação entre os Estados-Membros, incentivando-os a prosseguir objetivos comuns em matéria de política energética, apesar dos interesses nacionais individuais. (European Commission, 2014)

Uma das contribuições mais proeminentes do pensamento neoliberal para o estudo e análise da interdependência é a teoria da Interdependência Complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye (1977). O referencial teórico sugeria que o mundo no nível estatal está interligado de maneiras que tornam a força militar menos central em suas interações e, em vez disso, as questões económicas, sociais e ambientais tornam-se os principais domínios das relações internacionais. A interdependência económica entre os Estados poderia, portanto, criar alguma cooperação para diminuir as hipóteses de conflito e promover a paz. (Keohane & Nye, 1977)

Isto pode ser bem representado pela parceria energética entre a UE e a Rússia na fase inicial de cooperação. À medida que a Europa procurava assegurar um aprovisionamento energético estável e diversificar as suas fontes de energia, no início da década de 2000, a Rússia emergiu como um importante fornecedor de gás natural, representando uma parte significativa das importações da UE. Sovacool (2011) defende que tais laços económicos foram percebidos como fatores estabilizadores, sugerindo que a crescente dependência da energia russa promoveria a paz e a cooperação em vez de conflitos.

Teoricamente, uma maior interdependência entre os Estados deveria incentivar a cooperação com vista a evitar a perda de benefícios mútuos, e a visão da interdependência como estabilizador das relações UE-Rússia está bem presente numa série de políticas da UE destinadas a reforçar a segurança energética através da diversificação e de um diálogo construtivo com a Rússia. (Energy Community, 2005; European Commission, 2008)

Porém, as relações energéticas começaram a sofrer uma mudança face às tensões e acontecimentos geopolíticos nos últimos anos. Estes acontecimentos levaram a uma reavaliação da dependência energética excessiva da UE em relação à Rússia e sublinharam as vulnerabilidades inerentes a essa interdependência. A transição de um quadro neoliberal para uma perspetiva neorrealista tornou-se evidente à medida que a energia passou a ser vista como um ativo estratégico e um instrumento de poder geopolítico.

Em contraste com o neoliberalismo, o neorrealismo retrata uma visão mais pessimista das relações internacionais. Desenvolvido por teóricos como Kenneth Waltz e John

Mearsheimer, o neorrealismo centra-se na natureza anárquica do sistema internacional, onde não existe uma autoridade superior para regular o comportamento dos Estados. Neste contexto, os Estados priorizam sua própria segurança e sobrevivência, muitas vezes vendo as ações de outros Estados como potenciais ameaças. (Sousa, 2019)

Esta abordagem de autoajuda resulta frequentemente num comportamento competitivo, à medida que os Estados procuram aumentar o seu poder em relação aos outros - as ditas lutas de poder, onde os Estados competem por recursos, influência e segurança. (Mearsheimer, 2001) Embora a interdependência económica seja aceite como uma característica das RI, é frequentemente vista através de uma lente de vulnerabilidade estratégica em vez de cooperação. A visão neorrealista seria, então, que tal interdependência poderia tornar os Estados vulneráveis à exploração ou à coerção, especialmente quando um usa a interdependência económica para exercer forte influência sobre outro. Os recursos energéticos tornam-se aqui altamente apelativos, especialmente para um Estado como a Rússia, que utiliza a energia como instrumento de política externa. (Mearsheimer, 2001)

A relação UE-Rússia constitui um exemplo claro de como o neorrealismo pode ser aplicado ao estudo da interdependência. Enquanto a UE depende das exportações russas, nomeadamente de gás natural, a Rússia pode explorar essa dependência de forma a ganhar influência política. Lutsevych (2016) argumenta que a Rússia tem empregado suas exportações de energia para exercer influência sobre os países vizinhos e a UE, usando cortes no aprovisionamento de gás como meio de coerção, como se viu durante as disputas com a Ucrânia em 2006 e 2009, em que o aprovisionamento de gás à Europa foi interrompido. Esta instrumentalização da energia como instrumento político evidenciou os riscos associados à dependência da UE do gás russo, levando a uma reavaliação das políticas de segurança energética.

O neorrealismo centra-se no dilema da segurança, isto é, as ações tomadas por um Estado para aumentar a sua própria segurança podem ser percebidas como ameaçadoras por outro Estado, levando a uma corrida armamentista ou aumento das tensões. No contexto das relações UE-Rússia, a expansão da UE para a Europa Oriental e o seu envolvimento na NATO são vistos pela Rússia como ameaças diretas à sua esfera de influência e segurança geral da Rússia. A anexação da Crimeia ou o envolvimento militar na Ucrânia seriam então interpretados como respostas a estas ameaças percebidas por parte da Rússia e, como tal, fatores geopolíticos dominam a interdependência económica dentro de um enquadramento neorrealista.

De facto, a perspetiva neorrealista ajuda a compreender a fragmentação no seio da UE em matéria de política energética. Os Estados-Membros individuais muitas vezes perseguem

seus interesses nacionais, o que pode levar a abordagens conflituosas em relação à Rússia. Esta fragmentação compromete a estratégia global de segurança energética da UE e reflete o desafio geral de encontrar uma resposta unificada às ameaças externas. (Patrahau, 2023)

Ao integrar o neoliberalismo e o neorrealismo, este quadro teórico proporciona uma compreensão abrangente da dinâmica energética entre a UE e a Rússia. A combinação destas duas perspectivas teóricas sublinha a complexidade e os desafios inerentes à relação energética UE-Rússia, particularmente à luz da evolução das tensões geopolíticas e da instrumentalização da energia.

A crise na Ucrânia em 2022 tornou-se um ponto de inflexão quando o desenvolvimento da política da UE foi radicalmente reorientado dos princípios neoliberais de mercado para a abordagem realista orientada para o Estado. Este processo aponta para a ineficiência do paradigma neoliberal do mercado energético que dominava a política energética da UE antes da crise. (Patrahau, 2023)

A ênfase colocada pela Comissão Europeia nas questões da integração e desregulamentação do mercado da energia foi um quadro no âmbito do qual a UE considerou que o melhor caminho para a segurança energética era a concorrência diversificada no mercado, e não a intervenção estatal ou a estratégia geopolítica. (Patrahau, 2023) Esta política não conseguiu refletir as vulnerabilidades estratégicas criadas pelos intervenientes geopolíticos externos, como a Rússia. Assumir que as fontes de energia seriam diversificadas e que as cadeias de aprovisionamento seriam seguras por si só é um pouco demasiado otimista.

A invasão da Ucrânia reconstitui dramaticamente o entendimento da UE sobre a segurança energética. Primeiramente, a UE percebeu que a energia não era apenas mais uma mercadoria, à mercê das forças do mercado, mas era na verdade um recurso estratégico que podia ser usado contra os interesses de cada um. Patrahau (2023) nota que este novo entendimento provocou uma mudança paradigmática na política da UE no sentido de uma mais realista – partindo do pressuposto que a segurança energética precisa de um certo nível de intervenção governamental proativa de forma a proteger as cadeias de abastecimento e permitir a diversificação dos recursos.

Esta dissertação apoia-se conceitualmente nas perspectivas duplas do neoliberalismo e do neorrealismo, que oferecem quadros contrastantes, mas complementares, para a compreensão da interdependência entre a UE e a Rússia. O neoliberalismo destaca o potencial de cooperação através da interdependência económica e o papel das instituições na promoção de relações estáveis. Por sua vez, o neorrealismo tem como foco central as preocupações de segurança e as políticas de poder subjacentes ao comportamento do Estado, mesmo na presença

de laços económicos. Ao examinar a relação UE-Rússia através destas duas lentes teóricas, esta tese explorará como a interdependência económica fomenta a cooperação e, simultaneamente, cria vulnerabilidades que podem ser exploradas para ganhos políticos.

2. Segurança Energética e Geopolítica da Energia

Conceptualizar adequadamente a Segurança Energética e a Geopolítica da Energia é importante para analisar a complexa relação entre a UE e a Rússia. De forma universal, a segurança energética refere-se à capacidade de um país para assegurar um aprovisionamento energético estável, acessível e sustentável, um conceito particularmente relevante para a UE, uma vez que depende fortemente das importações de energia, especialmente gás natural da Rússia. Um aprovisionamento fiável de recursos energéticos é fundamental para a eficácia operacional da economia e a estabilidade política da região.

A geopolítica da energia, por outro lado, engloba as dinâmicas de poder que influenciam a produção, distribuição e consumo de recursos energéticos. A este respeito, a relação UE-Rússia caracteriza-se por uma interdependência complexa, em que as variáveis políticas, económicas e sociais se entrelaçam.

Convencionalmente, o conceito de segurança energética tem sido definido de várias formas, refletindo diversas perspetivas e prioridades entre estudiosos e organizações. A Agência Internacional de Energia (AIE) define a segurança energética como a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível, destacando assim a necessidade de energia acessível e fiável, tanto a curto como a longo prazo. A curto prazo centra-se na resiliência a perturbações súbitas, enquanto a segurança a longo prazo aborda o alinhamento do aprovisionamento energético com a procura crescente e as preocupações com a sustentabilidade. (International Energy Agency, s.d.)

De forma semelhante, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acrescenta uma dimensão social ao salientar o acesso a serviços energéticos limpos, fiáveis e a preços acessíveis como um elemento central para o desenvolvimento humano. (United Nations Development Programme (UNDP), 2000)

De uma perspetiva geopolítica, autores como Daniel Yergin (2008), destacam o papel do fornecimento confiável e acessível na manutenção da estabilidade geopolítica, particularmente em regiões que são vulneráveis a interrupções no fornecimento de energia devido a tensões ou conflitos políticos. Contrariamente, Michael T. Klare (2008), nos seus estudos, enfatiza que a segurança energética também envolve a garantia do acesso aos recursos

energéticos, ainda que evita abordar conflitos geopolíticos sobre recursos, ressaltando a ligação entre energia e dinâmica de poder global.

A transição para as energias renováveis é outro aspeto incorporado na definição da segurança energética moderna, nomeadamente, a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) interpreta a segurança energética como a capacidade de garantir energia de forma sustentável, acessível e confiável. Esta perspetiva alinha-se com a abordagem mais ampla da União Europeia, que salienta a redução da dependência de fornecedores externos de combustíveis fósseis e a transição para energia renováveis para garantir a segurança a longo prazo. (International Renewable Energy Agency, 2016; European Commission, 2020)

Já estudiosos como Thijs Van de Graaf enfatizam a importância da resiliência em sistemas de energia, argumentando que a segurança energética implica a capacidade de resistir a choques – seja de instabilidade política, desastres naturais ou flutuações de mercado – diversificando as fontes de abastecimento. (Graaf, 2013)

Por outro lado, a insegurança energética, um conceito adjacente ao conceito anterior, refere-se a um estado em que o acesso aos recursos energéticos é ameaçado por vários fatores, incluindo tensões geopolíticas, escassez de recursos, fragilidades das infraestruturas ou instabilidade económica. Em termos operacionais, a insegurança energética ocorre quando uma região ou Estado enfrenta interrupções no fornecimento de energia, levando a flutuações de preços e disponibilidade, causando repercussões económicas e sociais generalizadas. (Winzer, 2012)

Por conseguinte, a dependência da UE em relação à Rússia para cerca de 45% das suas importações de gás natural tem sido uma importante fonte de insegurança energética. Esta dependência cria vulnerabilidades de várias formas, tais como, interrupções no fornecimento, coerção geopolítica e volatilidade dos preços. (European Commission, 2022)

Historicamente, várias instâncias provaram a sua vulnerabilidade à insegurança energética: a interrupção do aprovisionamento de gás em 2006, a crise do gás em 2009 e a anexação e sanções da Crimeia em 2014. Estes acontecimentos sublinham a necessidade da UE resolver as suas vulnerabilidades energéticas e desenvolver um sistema energético mais robusto, diversificado e seguro para atenuar os riscos colocados pelos colocados pelos fornecedores externos. (Cherp & Jewell, 2014) (Proedrou, 2012)

Tal como o conceito multifacetado da segurança energética, existem diversas definições de geopolítica, uma vez que depende dos fatores que são foco da análise e da perspetiva dos autores. A definição mais universal do termo refere-se à interação entre fatores geográficos, recursos energéticos e poder político. Examina como, em particular, a localização e a

distribuição de recursos energéticos (como petróleo, gás natural e carvão) afetam a dinâmica global de energia, a segurança nacional e as relações internacionais.

O conceito “geopolítica” foi referenciado pela primeira vez em 1899 por Rudolph Kjellén (1864-1992) e significava a “ciência do Estado”. O autor estava interessado nas características geográficas dos Estados e nas implicações que estas tinham para o poder político, sendo o grande desafio geopolítico como usar o espaço para aumentar o poder. (Correia, 2012) «A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país.»¹

Kjellén (1916) argumentava que o Estado não era só um conjunto de normas jurídicas, contrariando a ideia então dominante, e dar uma ênfase especial às características mais aparentes do mesmo – território e população – daí o termo “Geopolítica”.

De facto, se observarmos o comportamento dos Estados, poderemos observar que os mesmos dão grande ênfase à exploração de fatores geográficos, como o acesso aos recursos, no esboço das suas políticas interna e externa. (Campos & Fernandes, 2017)

A geopolítica clássica, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, adquiriu uma reputação negativa, em parte devido ao seu uso indevido pelo regime nazi, que empregava raciocínio geopolítico para justificar políticas expansionistas como “Lebensraum” (espaço vital). (Smith W. D., 1980) Para além de mais, a associação de indivíduos como Karl Haushofer, um pensador geopolítico alemão, às ideologias nazis, levou ao descrédito da geopolítica por várias décadas.

Ainda que tradicionalmente a geopolítica envolvia maioritariamente o campo militar, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, evoluiu para uma disciplina mais ampla que atualmente engloba áreas como economia, questões ambientais e mesmo recursos naturais, uma vez que recursos como petróleo, carvão e gás natural desempenham um papel crucial na estratégia nacional e internacional devido ao seu impacto na segurança energética, no desenvolvimento económico e no poder geopolítico. (Campos & Fernandes, 2017)

Leigh (2014) defende que a geopolítica estuda a forma como a política ou as ideologias podem ser explicadas por meio de fatores geográficos, como localização, tamanho, população, recursos ou desenvolvimento tecnológico. Ao analisar a interação entre decisões políticas e geografia dos Estados, surge a questão: de que forma os elementos geográficos moldam as decisões políticas. Isto é, de forma a compreender o que é a geopolítica, é necessário identificar

¹ Tradução do autor Pedro de Pezarat Correia (2012). Texto original: “Die Geopolitik ist die Lehre über den Staat als geographischen Organismus oder Erscheinung im Raum: also der Staat als Land, Territorium, Gebiet oder, am ausgeprägtesten, als Reich.” (Kjellen, 1916)

a relação de poder que existe entre geografia e interesses políticos. (Campos & Fernandes, 2017)

O controle sobre os recursos energéticos, seja por meio de cadeias de produção, exportação ou suprimentos, pode fornecer aos Estados uma alavancagem significativa sobre os outros. Isto permite que nações ricas em energia influenciem as políticas externas de Estados dependentes de energia, moldando alianças globais, estabilidade económica e dinâmica de segurança. (Shaffer, 2009) Nomeadamente, as duas crises petrolíferas da década de 1970 revelaram o grau de vulnerabilidade e dependência dos combustíveis fósseis no Ocidente, apresentando-se como motor da economia mundial, essenciais para a estabilidade e segurança mundiais. (Campos & Fernandes, 2017)

A crescente procura pelos recursos e os impactos negativos do uso excessivo da energia proveniente dos combustíveis fósseis, criaram pressão significativa nos mercados energéticos. Este fator parece ser um dos responsáveis pelas crescentes tensões geopolíticas e competição internacional entre as grandes potências. No estudo *The Geopolitics of Energy* (1978), os autores defendem que o acesso às matérias-primas, especialmente o acesso à energia, é uma das principais prioridades das relações políticas internacionais. A capacidade de obter estes bens já não está sujeita às relações coloniais tradicionais, mas depende de fatores geográficos e da tomada de decisões políticas dos governos com base em diferentes condições políticas. Sendo assim, o país que tiver controlo sobre os recursos controlará aqueles que dependem deles, o que levará a uma profunda transformação das relações internacionais. (Gold & Conant, 1978)

Simultaneamente, a escalada de riscos e ameaças à segurança energética, bem como um ambiente de instabilidade nos Estados produtores e a vulnerabilidade das rotas de abastecimento cria nos Estados a necessidade de desenvolver estratégias (seja a curto e/ou longo prazo) para enfrentar os desafios acima referidos e reduzir as vulnerabilidades da segurança energética. (Campos & Fernandes, 2017)

Novos desafios exigem o desenvolvimento de novos conceitos para enfrentar a (in)segurança energética no século XXI. Isto é particularmente relevante para o continente europeu, uma vez que este apresenta grandes fragilidades devido à sua dependência de fontes externas de petróleo e gás natural. Nomeadamente, a Europa detém apenas 0,8% de reservas mundiais de petróleo e 2% de gás, tornando-se muito frágil no que toca a sua enorme dependência do aprovisionamento energético externo. (BP, 2016)

É plausível, portanto, afirmar que a geopolítica da energia é inseparável dos objetivos mais amplos da política externa de um Estado. As políticas energéticas e a política externa estão frequentemente interligadas, uma vez que o acesso à energia é vital para a economia, a

segurança e a estratégia geopolítica de uma nação. Os países dependentes da energia tendem a moldar a sua política externa em torno da garantia de um aprovisionamento energético estável e diversificado, enquanto as nações ricas em energia utilizam os seus recursos como base para o crescimento económico e a influência diplomática.

Para além disso, a segurança energética engloba uma combinação de fatores complexos – a disponibilidade, a estabilidade dos preços, a sustentabilidade ambiental e a resiliência contra interrupções no fornecimento. (Costa Silva, 2017)

A segurança energética depende em grande medida da disponibilidade, referindo-se à presença física e à acessibilidade dos recursos energéticos. A diversificação de fontes de energia, tanto quanto às importações como à produção local, permite garantir um aprovisionamento seguro de energia. Sovacool (2011) afirma que um portfólio diversificado de energia – incluindo energias renováveis, gás natural e energia nuclear – torna os países menos vulneráveis a distúrbios geopolíticos. Daniel Yergin (2011) enfatiza que essa diversificação mitiga riscos e aumenta a segurança energética geral.

Para além disso, a estabilidade dos preços é igualmente importante, pois preços voláteis ou excessivamente elevados podem ameaçar a estabilidade económica e a segurança energética de um país. Os académicos argumentam que estruturas de mercado competitivas e quadros regulamentares eficientes são essenciais para manter preços de energias acessíveis, apoiando assim a segurança energética para todas as partes interessadas. (Bhattacharyya, 2019)

A sustentabilidade tornou-se cada vez mais importante no contexto da segurança energética, especialmente à medida que os países migram para opções energéticas mais ecológicas, e diz respeito ao impacto ambiental da produção e do consumo de energia. Amory Lovins (2011) defende que a melhoria da eficiência energética e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis podem aumentar a segurança energética e, simultaneamente, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, abordando assim as alterações climáticas.

Por fim, a resiliência refere-se à capacidade dos sistemas energéticos para resistir e recuperar de interrupções, tais como catástrofes naturais, tensões geopolíticas ou choques económicos. A necessidade de resiliência ganhou destaque nos debates sobre segurança energética, particularmente à luz das alterações climáticas. Académicos como David Victor (2015) salientaram a necessidade de infraestruturas energéticas fortes e de boa governação para aumentar a resiliência a potenciais perturbações na cadeia de aprovisionamento.

A interação entre disponibilidade, estabilidade, sustentabilidade e resiliência determina as políticas energéticas nacionais e influencia os mercados mundiais da energia. Ao diversificar as suas fontes de energia, os Estados não só asseguram o seu aprovisionamento energético,

como também navegam nas complexidades da política energética global, como argumentou Yergin.

3. Instrumentalização da energia

Há muito que a energia é reconhecida não só como um bem económico, mas também como um ativo estratégico que pode ser utilizado como arma geopolítica. Os países que possuem vastos recursos energéticos, como o petróleo e o gás natural, têm o potencial de exercer uma influência significativa sobre as nações dependentes de energia, controlando o fluxo desses recursos. A energia, particularmente sob a forma de fornecimento de gás natural ou petróleo, tem sido usada como uma ferramenta de coerção e alavancagem nas relações internacionais, moldando o cenário geopolítico de maneiras profundas.

Um Estado com recursos energéticos abundantes, especialmente uma que sirva como um fornecedor-chave num mercado de energia regional ou mesmo global, pode usar o seu controlo sobre as exportações de energia para influenciar as decisões políticas e económicas dos países dependentes. Esta forma de influência é particularmente potente em regiões onde a dependência energética é elevada, uma vez que a perspetiva de perturbação ou manipulação do aprovisionamento energético pode ter consequências graves para as economias, indústrias e vida quotidiana dos países importadores. Esta estratégia é muitas vezes referida como “instrumentalização da energia”. (Colgan, 2013)

Segundo os dados estatísticos da Eurostat (2022), mais de metade das necessidades energéticas da EU foram importadas, aumentando para 97% para o petróleo e 84% para o gás natural.

Esta situação conduziu a uma politização extrema da energia, particularmente relevante na relação UE-Rússia, que é também o maior fornecedor da UE. No entanto, é importante notar que nem todos os Estados-Membros são igualmente dependentes do fornecimento de energia russa, ou seja, cada membro apresenta o seu próprio nível de vulnerabilidade. Esta diversidade conduz a difíceis processos de tomada de decisão no âmbito de uma política energética europeia comum.

Em resultado da fragmentação da política externa em matéria de energia e das diferentes atitudes dos Estados-Membros em relação à mesma, a Rússia estabeleceu acordos bilaterais com cada EM, explorando deliberadamente a falta de coesão no seio da UE para alcançar acordos energéticos favoráveis e também para aumentar a dependência da UE dos fornecimentos russos. (Baran, 2007)

A energia é, nas relações económicas, um instrumento persuasivo de política externa, uma vez que os recursos energéticos são “bens estratégicos”, isto é, os países têm uma necessidade básica de energia em quase todos os setores económicos, bem como para sustentar a sua segurança nacional, i.e., a sua segurança energética, garantindo o acesso aos recursos energéticos necessários para sustentar o desempenho do país. (Wigell & Vihma, 2016)

Ainda mais, a importância de segurança energética dos Estados dá origem a uma “diplomacia energética”, que encontra expressão tanto nos importadores de energia a procura dessa segurança como nos produtores de energia a procura de mercados.

Enquanto alguns consideram a UE como um ator liberal no contexto da política energética externa, a Rússia é certamente um ator geopolítico ou, mais precisamente, um ator impulsionado pela Realpolitik. (Siddi, 2018)

A perceção que a Rússia tem da segurança energética como fornecedor de energia para as exportações de combustíveis fósseis está enquadrada na garantia da procura. Por outro lado, a política energética externa da União Europeia assenta sobretudo numa perspetiva de mercado liberal, baseada na atratividade do grande mercado europeu e no estabelecimento de legislação para estimular a concorrência. Nos últimos anos, e especialmente após a anexação da Crimeia pela Rússia, esta abordagem dominante na UE começou a mudar para uma perspetiva mais geopolítica.

Segundo Stegen (2011), existem 4 condições que um Estado tem de satisfazer para conseguir usar energia como um instrumento:

- Acumular e controlar os recursos energéticos do país.
- Ganhar controlo sob as rotas de trânsito.
- Ter a capacidade de usar os recursos ao seu dispor para avançar os seus objetivos políticos, seja por meio de punição ou recompensa a um Estado cliente visado.
- Possuir a capacidade de usar a dependência energética para direcionar a formulação de políticas ou mesmo alterar políticas já existentes no estado dependente.

No contexto geopolítico atual, é possível observar que a Rússia de facto adere as primeiras três condições, mas não a quarta, uma vez que, a EU e os seus EM não mudaram a sua atitude perante a Rússia e não preveniram a imposição de sanções contra a mesma.

Como iremos abordar mais adiante, o uso pela Rússia de preços de energia variáveis é uma tentativa de criar pressões divergentes sobre os membros da UE e, assim, enfraquecer a coesão da UE. A Rússia também tem oferecido acordos de troca de ativos a empresas europeias, dando-lhes, por exemplo, acesso a lucrativos campos de hidrocarbonetos em troca de permitir

que empresas estatais russas controlem algumas das suas ações ou infraestruturas. Através destas táticas, o Kremlin tentou criar elementos com interesse em manter as relações económicas em quaisquer condições políticas, minimizando ao mesmo tempo a ameaça que isso poderia implicar para a capacidade de decisão da UE no seu conjunto. (Wigell & Vihma, 2016)

Os recursos energéticos podem ser instrumentalizados de diversas formas, nomeadamente:

1. Como instrumento político: os Estados com recursos energéticos abundantes podem utilizá-los para exercer pressão política sobre outros países. Ao ameaçarem reduzir ou cortar o fornecimento de energia, podem coagir os Estados dependentes da energia a fazerem concessões políticas. Esta prática tem sido particularmente evidente nas relações da Rússia com os seus vizinhos europeus, onde o aprovisionamento de gás tem sido utilizado como um instrumento de alavancagem política. (Proedrou, 2012)
2. Influência económica através do comércio de energia: os Estados podem utilizar as suas exportações de energia para criar dependências económicas. Por exemplo, a posição da Rússia como um importante fornecedor de gás para a Europa permite-lhe construir e manter relações económicas que tornam mais difícil para os países europeus tomar medidas que possam prejudicar os interesses russos. A dependência do gás russo teve implicações políticas para a capacidade da UE de responder às sanções russas. Além disso, Estados ricos em energia podem utilizar o seu controlo sobre o fornecimento de energia para manipular os preços com base em considerações políticas. Ao estabelecer condições favoráveis para aliados ou condições menos favoráveis para adversários, os países exportadores de energia podem exercer influência sem precisar recorrer a ações militares ou pressões diplomáticas. Por exemplo, o embargo de petróleo da OPEP (Organização internacional dos países exportadores de petróleo) em 1973, que foi uma resposta ao apoio dos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. (Smith C. D., 2017)
3. Diplomacia do gasoduto: a construção de infraestrutura energética, como gasodutos e terminais de GNL, tem ramificações geopolíticas. Os gasodutos que transportam gás através de vários países criam dependências entre países de trânsito, fornecedores e destinatários. Nomeadamente, projetos como o Nord Stream 2 têm sido controversos pois contornam países de trânsito tradicionais, reduzindo a sua importância geopolítica enquanto aumentam a dependência direta da Europa do gás russo. (Aslund, 2021)

4. Instrumentalização da energia em tempos de conflito: durante períodos de tensão geopolítica, os Estados ricos em energia podem usar cortes de oferta, aumentos de preços ou proibições de exportação para punir de certa forma os seus adversários. Isto foi possível observar com as disputas entre a Rússia e a Ucrânia, tanto em 2006 como em 2009. (Teipelke, 2010)

Ana Campos e Carla P. Fernandes (2017) destacam a energia como um instrumento geopolítico, especialmente no que toca às relações entre a Rússia e a UE. O relatório sustenta o facto de que a energia, especialmente na sua forma de gás natural, representa algo mais do que um simples bem económico; é um ativo estratégico que a Rússia ganhou a capacidade de utilizar e gerir para prosseguir os seus objetivos de política externa. O uso da energia como ferramenta política tornou-se um dos pilares da geopolítica da Rússia, moldando em grande medida a sua abordagem aos seus vizinhos e, especialmente, à União Europeia.

Isto garantiu a Rússia muito poder de negociação, particularmente do fornecimento de gás natural à Europa através da Gazprom. Um bom exemplo foi a decisão de interromper o fornecimento de gás durante as Gas Wars de 2006 e 2009, em que Moscovo mostrou que pode empregar a energia para o empoderamento político. As autoras defendem ainda que tais medidas não são isoladas, mas sim parte de uma estratégia global para manter a Europa dependente do aprovisionamento energético russo.

Do mesmo modo, a pressão política que a Rússia poderá exercer sobre os Estados-Membros da UE, principalmente na Europa Oriental, dependendo em maior medida do seu aprovisionamento de gás, é prosseguida pela Rússia através do domínio energético. A energia como ferramenta é indicativa do cenário geopolítico mais amplo, em que a Rússia procura usar sua dotação de recursos naturais como forma de manter a relevância dentro do sistema internacional. Por exemplo, os gasodutos Nord Stream, destinados a contornar a Ucrânia e a Polónia, e a garantir o fornecimento direto de gás à Alemanha, aprofundando assim a dependência da Europa em relação ao gás russo, ao mesmo tempo que enfraquece a influência política e económica dos Estados de trânsito da Europa Oriental. (Campos & Fernandes, 2017)

Em suma, pode-se concluir que a dependência energética é um ónus económico aliado ao instrumento geopolítico que é a energia. O grau em que a Rússia poderia usar a Gazprom como um instrumento do Estado, destaca a maneira pela qual a geopolítica energética se tornou um instrumento através do qual a Rússia consegue garantir influência política sobre a UE.

4. Revisão da literatura

Cada vez mais, a questão do aprovisionamento energético é abordada em termos de dependência e segurança. As rotas dos gasodutos são interpretadas em termos de interesses geopolíticos e estratégicos.

Uma evolução semelhante pode ser traçada no discurso europeu sobre as relações energéticas com a Rússia. Na União Europeia, eram raras as referências à (inter)dependência nas relações energéticas com a Rússia. Um bom exemplo disso é a Estratégia Comum da UE para a Rússia, de 1999.

Toda a estratégia se baseia na ideia de que a Rússia é fraca e instável, com exceção de uma única menção à interdependência "num grande número de áreas" e de uma referência à segurança do aprovisionamento. O foco das relações energéticas é "ajudar a tornar os (...) setores energéticos russos competitivos" (European Parliament, 2000), o que implica que a Rússia é, pelo menos, assimetricamente dependente da UE, se não mesmo completamente dependente. O discurso foi principalmente económico durante a década de 1990, não tendo nenhuma componente política. (Casier, 2011)

A energia foi abordada em termos de segurança e dependência no Green Paper de 2000. A Comissão Europeia implorou por "uma estratégia de longo prazo para a segurança do aprovisionamento energético", enquanto os Estados-membros tendiam a defender a sua soberania sobre a política energética. A melhor linha de ação, para além da política de diversificação, é destacada como sendo uma colaboração a longo prazo com a Rússia. Este ponto é reiterado no Green Paper de 2006 sobre a energia. (Casier, 2011)

A Estratégia Europeia de Segurança de 2003 menciona a "dependência crescente - e, portanto, a vulnerabilidade" no sector da energia. O maior importador mundial de gasolina e petróleo é a Europa. Atualmente, 50% ou mais da energia é consumida através de importações. Até 2030, este valor aumentará para 70%. A redução da dependência e a criação de "novos corredores energéticos" são dois pontos especificamente mencionados no relatório sobre a política energética externa elaborado para o Conselho Europeu de junho de 2006. A segurança do aprovisionamento, a sustentabilidade e a competitividade são os três principais objetivos da política energética da UE, de acordo com a Segunda Análise Estratégica da Política Energética de 2008.

De acordo com Casier (2011), o significado atribuído ao termo "interdependência", torna-se evidente que o que se pretende entender no contexto dos laços energéticos UE-Rússia é a interdependência assimétrica.

O discurso dos Estados recém-aderidos é mais robusto e inclina-se para uma posição mais agressiva contra a Rússia. Alguns países membros foram extremamente claros ao caracterizar a sua dependência da Rússia como um risco para a segurança. Embora estejam igualmente preocupados com a falta de solidariedade da UE, nações como a Polónia ou a Lituânia associam mais diretamente a segurança energética à redução da dependência da Rússia.

Curiosamente, a politização do discurso da energia foi, em grande medida, rubricada fora da UE. A administração Clinton, em particular, adotou uma abordagem muito geopolítica para a construção de novos gasodutos. (Koranyi, 2016) Isso foi mais visível no projeto do gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, que explicitamente contornou a Rússia.

Após a crise do gás de 2006 entre a Rússia e a Ucrânia, o conceito da segurança energética foi incluído na agenda da NATO pela administração Bush.

A crise do gás de 2009, que resultou numa escassez significativa em vários Estados-Membros da UE durante as primeiras semanas de janeiro devido às restrições do gás, aumentou os receios. Embora houvesse muita ambiguidade sobre as responsabilidades, isso serviu para solidificar ainda mais a ideia de que a UE estava em perigo. Muitos também viram o conflito de 2008 entre a Geórgia e a Rússia como uma luta pelo controle geopolítico dos oleodutos que transportam recursos petrolíferos da região do Mar Cáspio.²

Em conclusão, a discussão das relações energéticas tornou-se mais politizada. As declarações relacionadas com a energia deixaram de ser puramente económicas e passaram a ser interpretadas de uma forma geopolítica e estratégica, colocando a tónica nas preocupações de segurança e dependência. Este facto veio juntar-se ao pensamento que considera as relações entre a UE e a Rússia competitivas do ponto de vista geopolítico.

A substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energias renováveis reduz a necessidade dos países da UE de dependência energética por meio de importações e aumenta a segurança energética dos EM e da UE como um todo (Gökgöz & Güvercin, 2018). No entanto, cada país da UE tem um regime de energia único e implementa diferentes políticas de promoção de fontes de energia renováveis (RES), que resultaram em diferentes desempenhos de RES. A transição para fontes de energia renováveis está a ocorrer em diferentes velocidades entre os Estados-Membros da UE, um fato que reflete seus interesses nacionais divergentes de segurança energética e leva a diferentes estratégias de política energética, afetando as relações energéticas e a segurança energética da EU (Mata Pérez, Scholten, & Smith Stegen, 2019)

² Entrevista anónima do autor. (17 de setembro de 2024)

A contínua crise energética parece refutar a visão da interdependência na relação energética de EU-Rússia. A crença de que esta relação ajudaria a evitar grandes crises e a manutenção do *status-quo*, independentemente do contexto e aspirações políticas e geopolíticas, não foi verificada.

A instrumentalização da energia por parte da Rússia cria uma necessidade de revisão da política energética dos EM e da EU como um todo. Fontes de energias renováveis, para além de benefícios económicos e climáticos, apresenta outro conjunto de vantagens no quadro da independência e segurança energéticas. (Nastos, 2022)

Tal como já se verificou no passado, tempos de crise apresentam boas oportunidades para mudanças políticas que, sob condições normais, não seriam possíveis ou mais difíceis. Desta forma, Nastos (2022) define 3 pontos de foco principais para lidar com a crise energética e consequências do contexto geopolítico atual:

- Independência energética, suficiência e *green transition*
 - Diversificação de fontes de energia continua a ser o princípio fundamental de seguridade energética – através de políticas para uma transição para fontes de energia renováveis mais rápida.
- Rotas alternativas de fornecimento de energia
 - Este ponto relaciona-se mais com a fase intermédia da transição energética, pois, políticas propostas têm de incluir a procura de novas fontes de energia e rota para lá do território russo e do seu espaço de influência, i.e., sudeste do Mediterrâneo e criação de novos oleodutos; porventura, investir em mais estações de armazenamento de GNL dentro da UE poderá proporcionar maior suficiência energética.
- “Resolução” da atual crise energética
 - Inclui adoção de políticas de apoio à sociedade, cidadãos, famílias vulneráveis e negócios; a emissão de obrigações conjuntas pela UE para financiar os custos da energia e apoiar as sociedades durante a crise energética poderia ser um instrumento útil para todos os Estados-Membros.

Contudo, não se pode negar a necessidade de intensificação de esforços para uma política comum de segurança energética na EU. Ao longo dos anos, tanto o discurso dos *media* quanto o discurso político sofreram mudanças drásticas – ainda que na década de 1990 Rússia era vista como um estado fraco, atualmente é cada vez mais percecionada como um estado poderoso. (European Parliament, 2000) De forma semelhante, a relação da EU-Rússia não é mais entendida como uma forma de interdependência assimétrica, em favor da EU, mas sim de

dependência da EU na Rússia. A mudança para um discurso político de dependência energética e segurança é o resultado de uma mudança de imagens e crenças, tanto na UE como no ambiente. (Casier, 2011)

O autor define quatro critérios que ajudam a definir as relações energéticas como um problema de segurança energética. Baseou os mesmos na visão do Keohane e Nye sobre o poder e a interdependência e ainda na taxonomia do poder de Barnett e Duvall.

A noção de poder e segurança ultrapassa a simples avaliação das capacidades, mas engloba também a percepção sobre a intenção de um Estado de envolver essas capacidades na prossecução dos objetivos de política externa. É, portanto, multidimensional, sem qualquer hierarquia clara de questões; mas, ao mesmo tempo, há uma dependência considerável da percepção como determinante da forma como as fontes de poder são selecionadas e dotadas de significado. (Barnett & Duvall, 2005)

1. Tem de existir uma dependência real.
2. Segurança energética implica um elevado grau de interdependência assimétrica, ou seja, ausência de dependência da procura do lado russo.
3. A dependência energética tem de ocupar um lugar dominante na hierarquia de questões no contexto dado.
4. Existência de uma vontade política para instrumentalizar a energia.

É também importante de notar que existe uma diferença fundamental entre gás e petróleo. Como Goldthau (2008) menciona, petróleo não pode ser usado como um instrumento de poder, uma vez que grande parte do petróleo bruto é negociada no mercado global e, ao contrário do gás, é trazido ao consumidor através de uma variedade de rotas. A única maneira de instrumentalizar o petróleo seria através de formação de um cartel de países exportadores de petróleo, como no caso da OPEP (da qual a Rússia não faz parte).

Por outro lado, o gás é maioritariamente transportado via gasodutos. Alternativas, como o Gás Natural Liquefeito (GNL), são muito dispendiosas. Como resultado, o gás encontra-se incorporado em relações contratuais bilaterais de longo prazo entre fornecedores e consumidores. Um fator de complicação é o dos países de trânsito. Os gasodutos passam por países terceiros, exigindo, portanto, um acordo multilateral. Cerca de 78% dos abastecimentos de gás à UE transitam através do território da Ucrânia.

Em primeiro lugar, a EU, sem dúvida depende consideravelmente dos recursos russos. A Rússia possui as maiores reservas de gás do mundo e era o fornecedor mais importante da EU:

fornecia cerca de 40% do gás da EU e 30% do petróleo da EU. A percentagem do gás importado em 2000 caiu de 50% para 40% em 2008. Já a importação do petróleo experimentou um aumento de 22% em 2000 para 30% em 2008. (Statista, s.d.)

Em segundo lugar, a vulnerabilidade e a dependência são extremamente diferenciadas dentro da própria EU. A título ilustrativo, antes do alargamento de 2004, a dependência (média) dos EM das importações russas de gás era cerca de 25%. Contudo, entre os novos EM a dependência (média) é de cerca de 74%. (Casier, 2011)

Pode-se verificar que a dependência dos EM da EU do gás russo aumentou de 25% antes para 47% depois do alargamento. Porém, é possível observar que, a mudança no discurso sobre a segurança energética não pode ser atribuída apenas a um aumento da dependência energética global com base em dados concretos. Em vez disso, indica que há mais países na atualidade que são especificamente afetados pela sua dependência das importações de gás russo. Isto é, o foco passou de uma visão geral da dependência energética para um reconhecimento da vulnerabilidade particular associada à dependência do gás russo. (Casier, 2011)

Em terceiro lugar, o próprio conceito de dependência energética recebeu um estatuto hierárquico de pleno direito, uma vez que o primeiro é altamente dependente do gás natural e do petróleo russos. Dentro dessa dependência, a Europa tornou-se estrategicamente vulnerável dado o fato de que a Rússia controla grandes áreas de fontes de energia e usa os seus controlos sobre essas fontes para ganhar influência política.³

Em último lugar, Casier também se concentra em como a Rússia expressou vontade política de instrumentalizar a energia para objetivos geopolíticos mais amplos. De facto, a Rússia, especialmente através de Vladimir Putin, conseguiu fazer da Gazprom uma arma geopolítica. Embora a UE estivesse ciente dos riscos, as políticas de redução da dependência e da diversificação da oferta resumidas em planos como a União da Energia foram, com demasiada frequência, reativas em vez de proativas. Um cenário como este mostra como é necessária a vontade política de ambas as partes, da Rússia para realmente instrumentalizar a energia e da UE para trabalhar em prol da segurança energética. (Casier, 2011)

Em suma, o desenvolvimento histórico da relação energética UE-Rússia sublinha a forma como a interdependência económica pode ser facilmente armada num ambiente geopolítico. A dependência das exportações de energia russas, enquadrada como uma decisão económica eficaz, está a emergir progressivamente como uma vulnerabilidade estratégica para a Europa. As guerras do gás, abordadas mais adiante, foram um catalisador que finalmente

³ Entrevista anónima do autor. (30 de agosto de 2024)

levou a Europa a reconsiderar a sua política energética e a investir na construção de infraestruturas mais resilientes. De facto, através de uma análise da evolução, torna-se bastante claro que tanto as forças geográficas como as forças de mercado, para além de falhas na gestão dos riscos geopolíticos, têm sido responsáveis pela vulnerabilidade energética da Europa. Enquanto a União Europeia prossegue com os seus programas de diversificação energética, as lições da história, sobretudo os efeitos das guerras do gás, serão provavelmente um fator importante que influenciará as políticas energéticas da região nas próximas décadas.

CAPÍTULO II

A situação energética da UE e da Rússia

1. Relação UE-Rússia

A parceria energética que existia entre a UE e a Rússia mudou substancialmente, ainda mais desde a dissolução da União Soviética (URSS). Durante a era da Guerra Fria, por trás da Cortina de Ferro, a URSS fornecia à Europa Ocidental os seus extensos recursos naturais, apesar das tensões geopolíticas. Esta cooperação energética, na sua maioria inspirada por imperativos económicos de ambas as partes, estabeleceu as bases para o que mais tarde se tornaria uma das relações mais complexas e interligadas. (Goldthau & Sitter, 2015)

Porém, mesmo quando o comércio de energia agiu para colmatar a clivagem ideológica, criou também vulnerabilidades. A dependência energética de um “rival” político expôs a UE a riscos que mais tarde se manifestariam durante crises futuras. Isto foi particularmente verdade no período pós-soviético, quando, através da sua sucessão, a Rússia usou a sua preeminência energética não só para benefício económico, mas também como instrumento de poder político. A dependência de energia começou lentamente a fazer pender a balança de poder a seu favor, à medida que a Rússia ganhou o controlo dos mercados europeus de gás através de organizações como a Gazprom.

Existia uma clara interdependência entre os dois intervenientes: enquanto a UE necessita de recursos russos para a sua segurança energética, a Rússia é economicamente dependente da UE como principal comprador dos seus recursos energéticos. (European Commission, 2006)

Esta relação era vista por muitos como uma interdependência assimétrica e era assumido que a Rússia não usaria energia como um instrumento contra a EU. (Proedrou, 2007; Casier, 2011; Stent, 2008)

Porém, outra parte dos analistas expressou preocupação de que esta relação era de facto uma relação de dependência, a qual poderia possibilitar à Rússia avançar seus objetivos de política externa, através de, por exemplo, ameaças de interrupções do fornecimento de energia. (Baran, 2007; Collins, 2017; Stegen, 2011)

Isto levanta uma questão importante, como é que essa dependência moldou a relação diplomática UE-Rússia para além da economia?

É importante sublinhar, no entanto, que a articulação clara e inequívoca da preocupação dos decisores políticos europeus com a dependência energética começou no final da década de

19990, enquanto as tentativas reais de responder ao desafio assumiram, de facto, uma forma concreta muito mais gradualmente. A incapacidade de, durante esse período, fazer avançar a diversificação das fontes constitui, sem dúvida, uma oportunidade perdida em termos de reforço da segurança do aprovisionamento para a Europa, uma preocupação que, de facto, assumiria uma proeminência considerável em meados da década de 2000.

Nomeadamente, Baran (2007) enfatizou a necessidade de a UE tomar uma posição mais proativa de forma a diversificar suas fontes de energia e, consequentemente, reduzir sua dependência das importações energéticas russas. Deriva essencialmente de preocupações quanto à preservação da segurança energética da organização, à garantia da sua autonomia estratégica e à salvaguarda dos seus interesses económicos contra potenciais perturbações ou manipulações por parte de atores externos.

O autor aborda várias estratégias e opções políticas que a UE poderia perseguir para alcançar uma maior diversificação de energia.⁴ Nomeadamente, o aumento da produção interna de energia, o investimento em fontes de energia renováveis e alternativas, a melhoria da eficiência energética e o reforço das infraestruturas energéticas e da interconectividade na UE.

Para além disso, Baran sublinha a importância de promover uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros da UE e com parceiros externos de forma a enfrentar os desafios da segurança energética de forma eficaz, i.e., esforços coordenados a nível da UE para desenvolver políticas energéticas coerentes, reforço dos quadros regulamentares e também promoção da integração energética transfronteiriça para mitigação dos riscos associados à dependência do aprovisionamento energético russo.

Uma política energética comum proporcionaria a EU um mercado bem-conectado para evitar possíveis interrupções de fornecimento de energia. (Wilson A. , 2022)

O período pós-Guerra Fria não só marcou uma conjuntura importante nas relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia, como abriu caminho aos mecanismos legislativos e institucionais que até agora definiam a política energética da Europa. Entre os elementos constitutivos deste mecanismo encontra-se o artigo 194.º do TFUE, que, resumidamente, enumera os objetivos energéticos da UE. Prevê um mercado interno de energia; segurança do aprovisionamento energético; e a promoção da eficiência energética e dos recursos renováveis. (European Union, 2012)

⁴ Algumas destas abordagens serão aprofundadas mais a frente.

Artigo 194 TFEU

1. *In the context of the establishment and functioning of the internal market and with regard for the need to preserve and improve the environment, Union policy on energy shall aim, in a spirit of solidarity between Member States, to:*
 - a) *ensure the functioning of the energy market;*
 - b) *ensure security of energy supply in the Union;*
 - c) *promote energy efficiency and energy saving and the development of new and renewable forms of energy; and*
 - d) *promote the interconnection of energy networks.*
2. *Without prejudice to the application of other provisions of the Treaties, the European Parliament and the Council, acting in accordance with the ordinary legislative procedure, shall establish the measures necessary to achieve the objectives in paragraph 1. Such measures shall be adopted after consultation of the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.*

Ainda que o artigo 194 estabeleça competências comuns em certas áreas, os EM da EU reservam o direito “(...) [a] determinar as condições de exploração dos seus recursos energéticos, a sua escolha entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético (...)”⁵ (Artigo 194, parágrafo 2).

Com base no exposto acima, o gás natural foi considerado o recurso energético mais “sustentável” na transição energética. Consequência: tornou a EU mais dependente nas importações do gás natural ao longo dos anos.

⁵ Tradução livre da autora. Texto original: “(...) to determine the conditions for exploiting its energy resources, its choice between different energy sources and the general structure of its energy supply (...)” (Artigo 194º, TFEU, 2012)

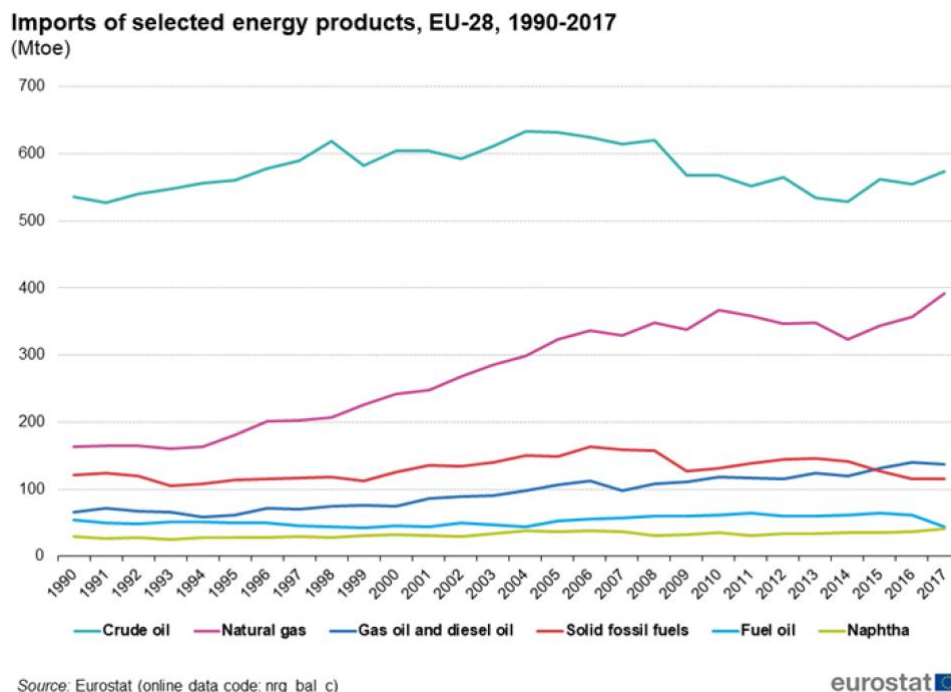


Fig. 1 – Importação de recursos energéticos, UE-28, 1990-2017

Porém, a invasão da Ucrânia em 2022 mudou drasticamente a segurança energética europeia, isto é, provocou uma transformação fundamental na forma como a UE concede a sua segurança energética. Os atuais acontecimentos geopolíticos, de acordo com Boubou (2023), trouxeram a necessidade de afastar a UE do aprovisionamento russo há muito considerado competente do ponto de vista económico e uma fonte de energia confiável.

A estratégia geoeconómica da Rússia produziu um efeito de fragmentação no contexto da União Europeia, por meio de benefícios seletivos. Esta situação criou obstáculos para que a UE chegasse a um acordo sobre a sua política energética, dado que diferentes Estados-membros dependem do fornecimento de gás russo em graus diferentes e também têm relações políticas diferentes com a Rússia. (Wigell & Vihma, 2016)

O trabalho de Boubou (2023) corrobora como esta invasão destacou as lacunas na política energética da UE e, portanto, criou uma situação em que novas e diversificadas políticas devem ser tomadas.

2. Rússia como fornecedor de energia

A propensão da Rússia para promover interrupções energéticas aos seus consumidores – como os cortes energéticos à Ucrânia em 2006 e 2009 – promove o discurso sobre se a Rússia iria (ou poderia) impor uma arma energética contra países da UE. Durante 50 anos, a Rússia

tem sido um fornecedor de energia fiável para a Europa Ocidental. Apesar desse histórico, persistem suspeitas de que a Rússia usará interrupções – ou a ameaça de interrupções – para promover seus objetivos de política externa e segurança nacional.

Aqui entra a Gazprom – em muitos aspetos parece operar como a companhia nacional russa do gás (o Estado detém 51% das ações da Gazprom). Além disso, os laços estreitos entre o Kremlin e a liderança da Gazprom (Dmitry Medvedev, por exemplo, foi presidente do Conselho de Administração da Gazprom antes de se tornar Presidente da Rússia) indica que os decisores da Gazprom estão profundamente conscientes dos objetivos de política externa do Kremlin. Em contrapartida, a Gazprom controla 65% das reservas comprovadas de gás natural da Rússia (além das reservas que controla com parceiros) e produz 90% do gás russo. (Stegen, 2011)

A Gazprom afirma ser uma empresa comercial independente e empreendeu uma iniciativa de relações públicas para promover esta visão. Em 2010, por exemplo, executivos de alto nível da Gazprom visitaram um pequeno grupo de elites da indústria de energia na Alemanha e, durante uma discussão *off-the-record*, rejeitaram quaisquer noções de que a Gazprom poderia ser usada pelo governo russo por razões políticas. (Stegen, 2011) Essas negações contrastam fortemente com opiniões opostas sobre o papel da Gazprom.

Na perspectiva de Stegen, várias condições devem ser cumpridas para que um Estado possa empregar recursos energéticos como arma política. Primeiramente, o Estado deve consolidar os recursos energéticos do país. Em segundo lugar, o Estado deve adquirir o controlo das rotas de trânsito. Em terceiro lugar, o Estado deve empregar os recursos energéticos com o intuito de promover os seus próprios objetivos políticos, ameaçando, punindo ou recompensando – implícita ou explicitamente – um Estado em questão.

A narrativa predominante da instrumentalização da energia por parte da Rússia simplifica demais a dinâmica complexa das relações energéticas entre a Rússia e a Europa, isto é, ele contesta a noção de que a Rússia emprega os seus recursos energéticos apenas para fins coercivos e destaca ainda a natureza multifacetada da estratégia energética da Rússia.

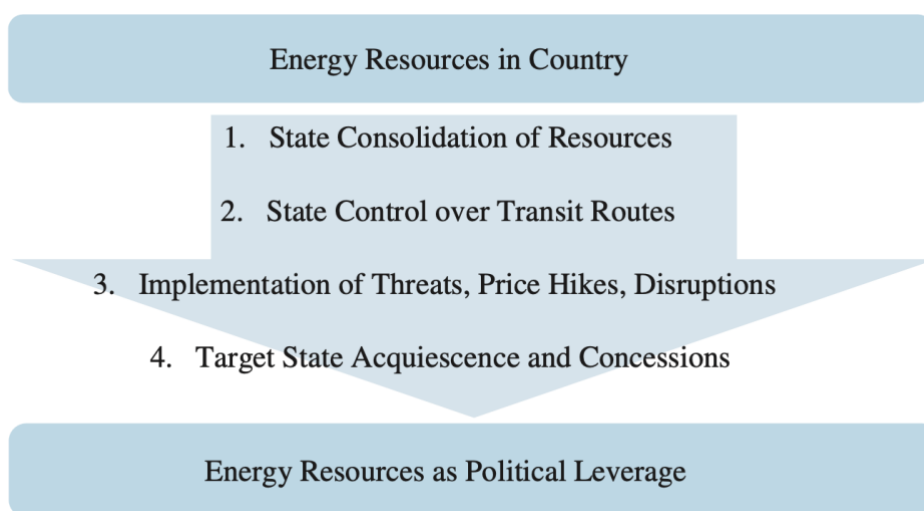


Fig. 2 – Modelo de Instrumentalização da Energia (Stegen, 2011)

Assim, defende a criação de uma quarta condição – a reação dos Estados dependentes às ameaças, aumentos de preços ou cortes.

Tal como vários outros autores apresentados previamente, (Stegen) enfatiza a importância da ação coletiva e da cooperação entre os países europeus para enfrentar os desafios de segurança energética.

Wigell e Vihma (2016) argumentam que a abordagem geoestratégica da Rússia tem se tornado cada vez mais dependente de estratégias geoeconómicas que vêm na forma de influência transportada pela energia, não baseada nos meios geopolíticos tradicionais de intervenção militar.

3. Diferentes projetos

Como estabelecido no início deste capítulo, a relação entre a UE e a Rússia tem sido profundamente influenciada pela dinâmica energética – a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás natural e a UE é um dos maiores consumidores. Esta dinâmica criou uma dependência mútua que, simultaneamente, estabilizou e complicou a sua relação. Assim, este subcapítulo explora o papel dos principais projetos no domínio da energia, como por exemplo, o Nord Stream, South Stream e Nord Stream 2.

1. Nord Stream (2011)

O Nord Stream é um importante sistema de gasodutos que apresenta um impacto significativo na relação energética entre a Rússia e a UE. Consiste em dois gasodutos paralelos

que correm sob o Mar Báltico, permitindo assim uma ligação direta de gás natural russo à Europa.

O projeto teve início no final da década de 1990 e início da década de 2000, como resposta à crescente necessidade da Europa por gás natural e à necessidade de rotas de fornecimento mais confiáveis. A ideia era criar uma ligação direta entre a Rússia e a Alemanha (um dos maiores consumidores da Europa). Desta forma, era possível contornar os países de trânsito tradicionais, como a Ucrânia e a Polónia, reduzindo os riscos e as taxas de trânsito. A construção do Nord Stream começou em abril de 2010 e finalizou em outubro de 2012. (Riley, 2008)

O estabelecimento do gasoduto apresenta diversas implicações e considerações tanto nas relações UE-Rússia, como individualmente.

Do ponto de vista económico, Nord Stream oferece uma rota eficiente e confiável para o transporte de gás natural da Rússia para a Europa. Isto é, ao ligar diretamente os campos de gás natural aos mercados europeus, minimiza as taxas de trânsito e reduz o risco de interrupções no fornecimento causadas por questões políticas ou logísticas nos países de trânsito – assegurando assim um fornecimento estável e previsível dos recursos e, simultaneamente reforçando os laços económicos entre a Rússia e a Europa.

Possibilitou à Gazprom assegurar contratos de longo prazo com empresas energéticas europeias, proporcionando fluxos de capitais estáveis para a Rússia. Por outro lado, para a Europa, permite garantir um fornecimento energético diversificado, o que é essencial para satisfazer as suas necessidades energéticas e reduzir a dependência de qualquer rota ou fornecedor.

Do ponto de vista geopolítico, simboliza a parceria estratégica entre a Rússia e os principais Estados-membros da UE, como a Alemanha. No entanto, também tem sido uma fonte de discordância dentro da UE e com outros países, nomeadamente os EUA e a Ucrânia – argumentam que o Nord Stream aumenta a dependência da Europa do gás russo, permitindo a Moscovo influenciar a segurança energética europeia.⁶

Apesar do apoio público das instituições da UE ao gasoduto Nord Stream como meio de aumentar os recursos energéticos para as economias europeias, o projeto suscitou preocupações significativas sobre a política energética comum europeia e a segurança. O gasoduto Nord Stream dependia exclusivamente do fornecimento da Gazprom, que já fornecia um quarto do gás natural da Europa. À medida que os volumes de importação aumentariam, a influência da Gazprom sobre a economia europeia também aumentaria, comprometendo potencialmente os

⁶ Entrevista anónima do autor. (10 de setembro de 2024)

esforços para garantir um aprovisionamento energético diversificado e seguro para a UE. (Stefanova, 2012)

Ainda mais, do ponto de vista ambiental, a construção e exploração do gasoduto suscitaram preocupações ambientais, uma vez que, este atravessa ecossistemas marinhos sensíveis no Mar Báltico e o seu desenvolvimento exigiu avaliações ambientais exaustivas e medidas de mitigação. Desta forma, teve de cumprir regulamentações ambientais rigorosas, estabelecidas pelos países que atravessa, incluindo Rússia, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Alemanha. Várias medidas foram tomadas para minimizar o impacto ambiental.

O sucesso do Nord Stream levou ao desenvolvimento do Nord Stream 2, um sistema paralelo de gasodutos com o objetivo de duplicar a capacidade de exportação de gás da Rússia para a Alemanha.⁷

2. South Stream

Este projeto, tal como Nord Stream, tinha como objetivo aumentar a capacidade das exportações de gás natural russo, assegurar uma rota estável e direta para a Europa e foi concebido em resposta aos riscos geopolíticos associados aos países de trânsito. Porém, o gasoduto South Stream destinava-se a transportar gás natural da Rússia através do Mar Negro para a Bulgária, antes de se ramificar para vários destinos na Europa Central e Meridional.

Um dos principais benefícios do South Stream seria o reforço da segurança do fornecimento de gás natural à Europa, pois, ao fornecer uma rota direta que evita regiões geopoliticamente instáveis, o gasoduto (visa) minimiza o risco de interrupções no fornecimento. Este fator é particularmente importante para os países que dependem fortemente do gás russo para as suas necessidades energéticas.

Esperava-se que o South Stream melhorasse a eficiência económica, reduzindo os custos de trânsito e garantindo o fornecimento de gás mais fiáveis – a ligação direta aos mercados europeus ajudaria a racionalizar a cadeia de fornecimento, reduzindo desta forma o potencial de entraves e atrasos associados aos países de trânsito.

Se esta parceria se tivesse concretizado, por um lado, teria demonstrado uma parceria estratégica destinada a garantir o aprovisionamento energético, e, por outro lado, teria potencialmente aprofundado a divisão dentro da UE. Ainda que alguns EM apoiavam o projeto

⁷ Este tópico será abordado mais adiante

devido aos seus benefícios económicos, outros (juntamente com os EUA), opunham-se devido a preocupações com o aumento da dependência europeia da energia russa.

Como mencionado anteriormente, o South Stream foi concebido para contornar países de trânsito tradicionais, tendo ramificações geopolíticas significativas, uma vez que reduzia a importância estratégica e as receitas de trânsito destes países. Pode-se argumentar também que este projeto fazia parte de uma estratégia mais ampla da Rússia de forma a reduzir sua dependência de rotas de trânsito que são política e economicamente instáveis.

No entanto, em 2014, a Comissão Europeia apelou a suspensão do projeto até que este esteja alinhado com a legislação da UE, nomeadamente com o Terceiro Pacote Energético, que estipula a separação entre as operações de produção e venda das empresas e as suas redes de transporte. Assim, o governo russo cancelou o projeto em 2014, sete anos após o seu início.

3. Nord Stream 2

O sucesso do Nord Stream levou ao desenvolvimento do Nord Stream 2, um sistema paralelo de gasodutos que visa duplicar a capacidade de exportação de gás da Rússia para a Alemanha. O projeto tem sido altamente controverso desde o seu início pois, apesar de prometer benefícios económicos, tem enfrentado desafios políticos e regulamentares.

As tensões geopolíticas têm frequentemente abalado as relações entre a UE e a Rússia no domínio da energia. Para além disso, prejudica os esforços da UE em implementar os objetivos de transição energética do continente.

As diferenças regulamentares entre a UE e a Rússia também desempenham um papel importante: o mercado da energia da UE é regido por regulamentos rigorosos que visam promover a concorrência, a transparência e a sustentabilidade, contrariando, por vezes, a posição russa.

A situação agravou-se em fevereiro de 2022, quando o chanceler alemão Olaf Scholz suspendeu a certificação do Nord Stream 2, como resposta ao reconhecimento formal pela Rússia da República Popular de Donetsk e da República Popular de Luhansk, acontecimentos que ocorreram no meio do prelúdio da invasão russa da Ucrânia em 2022.

Em setembro de 2022, foram relatadas explosões ocorridas nos tubos A e B do Nord Stream 1, tal como no tubo A do Nord Stream 2.

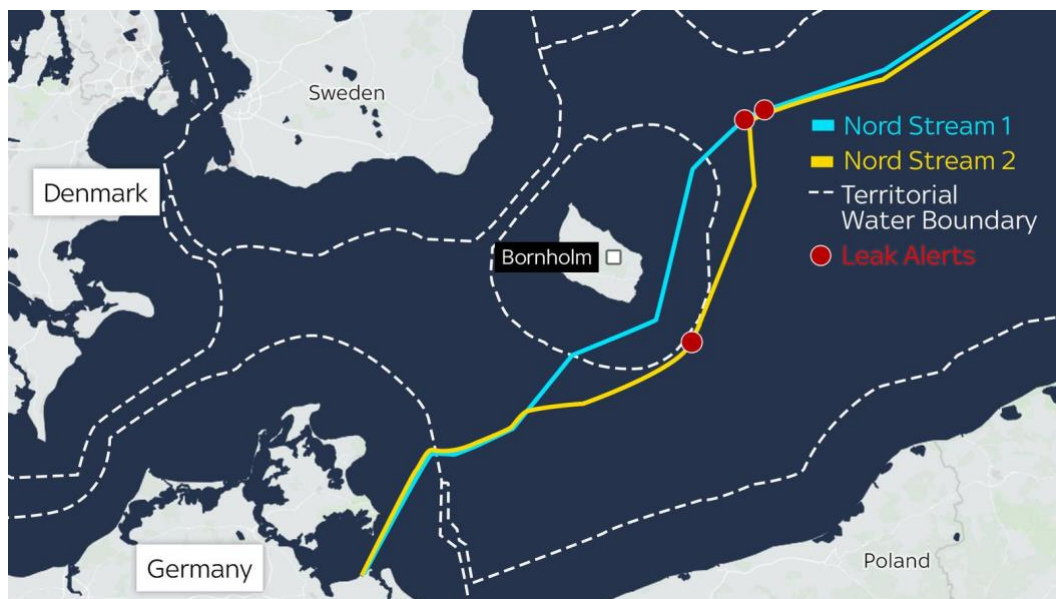


Fig. 3 – Mapa dos gasodutos

Estas explosões resultaram em fugas de gás significativas, tendo a UE condenado o incidente como sabotagem de infraestruturas energéticas europeias críticas para a região. Na sequência destes eventos, a Rússia confirmou que o tubo B do Nord Stream 2 permanecia intacto e ofereceu retomar o fornecimento de gás à Europa, o que foi prontamente recusado por Berlim. Desta maneira, as consequências destes acontecimentos deixaram o Nord Stream 2 inativo e contribuíram para as atuais tensões geopolíticas na região.

4. União Europeia e Políticas Energéticas

1. Mudança de abordagem da UE

Desde a Guerra Fria, energia tem sido um elo vital entre a Europa e a Rússia, com a UE a depender fortemente do petróleo e do gás russos de forma a satisfazer as suas necessidades energéticas. A dissolução da União Soviética marcou uma nova fase de interdependência económica, com a Rússia a emergir como um importante fornecedor de energia para a Europa. Ainda que, é de realçar que esta relação era mutuamente benéfica e a perspectiva da UE era largamente otimista: a Europa recebia um fornecimento estável de energia, enquanto a Rússia obtinha receitas significativas e influência geopolítica. (Siddi, 2020)

Como ponto de viragem pode-se estabelecer as chamadas gas wars de 2009, entre a Rússia e a Ucrânia, que resultou numa grave escassez de energia em diversos países da UE. Tal como definido anteriormente, este evento expôs a vulnerabilidade da UE a perturbações no fornecimento e realçou os riscos geopolíticos associados à sua dependência energética da

Rússia. Esta insegurança energética levou a uma reavaliação da sua dependência do gás russo, marcando assim o início de uma abordagem mais cautelosa e estratégica. (Siddi, 2020; Costa Silva, 2017)

A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e as subsequentes sanções impostas pela UE e pelos EUA agravaram as tensões. Ainda assim, o comércio de energia prosseguiu, revelando a complexidade e a interdependência da relação. Porém, estes eventos intensificaram os esforços da UE em procurar fontes de energia alternativas, reduzindo desta forma a sua dependência da Rússia.

Assim, várias iniciativas estratégicas foram empreendidas de forma a diversificar o seu fornecimento de energia. Projetos como o Southern Gas Corridor, destinado a trazer gás do Mar Cáspio para a Europa, e o aumento das importações de GNL dos EUA e do Catar. Além disso, houve uma forte aposta em fontes de energia renováveis como parte da transição energética da UE. (Siddi, 2020)

A mudança mais recente e, possivelmente, a mais dramática (na perspectiva da UE) ocorreu com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, provocando uma reavaliação urgente e radical da política energética da UE, incluindo a suspensão pela Alemanha da certificação do gasoduto Nord Stream 2 e o compromisso da UE de reduzir (drasticamente) as importações de energia da Rússia. A Comissão Europeia propôs uma redução de dois terços nas importações de energia da UE da Rússia até ao final de 2022, assinalando uma mudança fundamental na estratégia energética da UE.

Portanto, é possível afirmar que a perspectiva da UE passou do otimismo inicial e do benefício mútuo para uma maior prudência/cautela e diversificação estratégica, desencadeada por tensões geopolíticas e perturbações no fornecimento. Os desenvolvimentos mais recentes impulsionaram uma mudança profunda na abordagem da UE, destacando o imperativo de reduzir a dependência energética russa e de reforçar a segurança energética através de diversificação e de investimentos em energias renováveis.

Dependência cria vulnerabilidades. Os riscos associados foram realçados durante a crise de 1973, quando um embargo liderado por produtores árabes de petróleo resultou em preços quatro vezes mais altos, levando a uma inflação elevada, uma grave recessão e agitação social. Por sua vez, em 2009, Gazprom suspendeu o fornecimento do gás através da Ucrânia, deixando assim vários países da UE, com uma grave escassez durante cerca de duas semanas. A fiabilidade do principal fornecedor de gás da Europa começou a ser questionada, ressurgindo outra vez em 2021, quando Gazprom recusou fornecer mais do que o mínimo contratual estabelecido.

De acordo com António C. Silva (2017) não se tratou apenas de uma fragilidade económica; a dependência energética russa era uma responsabilidade estratégica de segurança da UE. No entanto, mesmo com vulnerabilidades tão claras, foi difícil encontrar uma estratégia de segurança energética abrangente e consistente para a UE, principalmente devido ao desacordo interno entre os Estados-membros devido à variação na sua dependência do gás russo.

2. The Energy Community

The Energy Community (também denominada de Comunidade da Energia) é uma organização internacional que reúne a UE e os estados-vizinhos de forma a criar um mercado integrado da energia. Instituído por The Energy Community Treaty em 2005, visa alargar as regras e os princípios do mercado interno da energia da UE aos países do Sudeste da Europa e da região do Mar Negro. Implica a adoção de legislação da UE em matéria de energia e tem por objetivos centrais o reforço da segurança energética, melhoria das normas ambientais, atração de investimentos em infraestruturas energéticas e a garantia de mercados competitivos de forma a garantir a estabilidade e a sustentabilidade energéticas. (Energy Community, 2005)

Esta foi mais uma tentativa da UE em finalmente consolidar o seu mercado interno. Marcou, portanto, uma mudança estratégica na política energética da UE, passou de um poder normativo, centrado na criação de normas, para um poder regulador, centrado mais na criação de um regime regulatório que favoreça os seus próprios interesses. (Goldthau & Sitter, 2018)

No setor da energia, isto significa a criação de um mercado único europeu do gás e da eletricidade, sendo uma das razões pelas quais a Comunidade da Energia é importante para a segurança energética da UE o seu papel na diversificação das fontes e rotas energéticas. Através da integração dos países vizinhos no mercado energético da UE, a Comunidade ajuda na redução da dependência de fornecedores individuais, como a Rússia, atenuando assim os riscos associados a ruturas de fornecimento.

A harmonização das legislações, por sua vez, permite criar condições de concorrência equitativas e participar mais facilmente no mercado integrado da energia, reforçando o comércio e a cooperação transfronteiriça.

Ainda mais, Goldthau & Sitter (2018) defendem que se trata também de alterar o equilíbrio entre o poder dos exportadores e dos importadores. Ao contrário do modelo de poder normativo, a UE usufrui assim a dimensão do seu mercado para “exigir” que os intervenientes

terceiros aceitem as regras estabelecidas pela UE, sob pena de perderem o acesso ao mercado. Envolve, portanto, o uso passivo do poder regulamentar.

3. Primeira revisão estratégica de energia (2007)

Para os representantes da UE, as tendências comunicadas nas décadas anteriores - como o rápido crescimento da procura global de energia, a crescente dependência das importações de regiões politicamente instáveis e o aumento simultâneo dos preços da energia e do aquecimento climático global — manifestaram-se abruptamente como riscos significativos. (Natorski & Herranz-Surrallés, 2008)

Foi neste contexto, entre 2005 e 2007, que a agenda política da UE ocupou um lugar de destaque nos debates acerca da segurança energética. Todas as instituições da UE e os EM apresentaram as suas propostas para uma política energética mais integrada, uma “Política Energética Comum” (CEP), nos termos utilizados pelo Andris Piebalgs em 2006, ou uma “Nova Política Energética” (PNE), proposto pelo Conselho da UE. (Council of the European Union, 2006a)

Contudo, podemos definir que a mudança no discurso intergovernamental sobre a política energética começou com a reunião informal dos Chefes de Estado e de Governo em Hampton Court, em outubro de 2005. Neste encontro, a segurança energética emergiu como um tema crucial para refletir sobre o caminho futuro da integração europeia, desencadeando discussões sobre uma potencial "New European Energy Policy". (European Commission, 2005) O subsequente litígio sobre os preços do gás entre a Rússia e a Ucrânia no início de 2006, que levou a um corte do fornecimento de gás russo que afetou não só a Ucrânia, mas também vários Estados-Membros da UE, catalisou ainda mais os debates nas várias formações do Conselho.

Paradoxalmente, este consenso sobre a necessidade de uma política energética mais integrada foi paralelo com a tendência reforçada dos EM da UE para afirmarem as suas próprias políticas energéticas nacionais. Nomeadamente, os grandes EM da UE continuaram a favorecer as suas grandes empresas nacionais de energia, infringindo, deste modo, as regras do mercado interno e provocando disputas intergovernamentais, como o conflito hispano-alemão sobre a aquisição da Endesa pela E.ON que eclodiu no final de 2006. (Natorski & Herranz-Surrallés, 2008)

As estratégias bilaterais dos EM para garantir o seu fornecimento energético também causaram grandes tensões dentro da organização e acusações mútuas de falta de solidariedade. Especial destaque podemos atribuir a dois casos particularmente controversos: o acordo

bilateral entre a Alemanha e a Rússia para a construção de um gasoduto do Norte da Europa, agora conhecido como "Nord Stream" sob o Mar Báltico sem intermediários; e os acordos da Hungria e da Itália com a Gazprom para a construção do gasoduto «South Stream» em detrimento do gasoduto Nabucco, um dos principais projetos europeus de diversificação das fontes de fornecimento de gás aos países da UE. (Natorski & Herranz-Surrallés, 2008)

Apesar das diferentes perspectivas nacionais, o que une as mesmas é o ênfase na sua soberania na determinação das suas estratégias nacionais para a segurança energética. Como exemplo ilustrativo, Portugal destacou o princípio da subsidiariedade, declarando que os EM devem manter o direito de decidir sobre políticas e medidas energéticas com base nas suas circunstâncias específicas. (Council of the European Union, 2006b)

Para culminar, as propostas do Conselho sobre a política de segurança energética da UE, seja a nível interno como externo, revelam mais ambiguidade e imprecisão do que outras instituições comunitárias. O debate inicial no Conselho revelou uma abordagem bastante cautelosa em relação à adoção de decisões a longo-prazo. (Natorski & Herranz-Surrallés, 2008)

Durante a presidência austríaca em 2006, esta atitude cautelosa persistiu, tendo sido propostos poucos temas novos para debate. Assim, a Presidência reconheceu a necessidade de prudência e moderação na tomada de decisões:

[...] regarding the regulatory framework it is worth noting that there are very few requests or suggestions for the development of new instruments, with the possible exception of measures related to energy efficiency and gas storage, while several delegations, [...], are pressing for a fuller implementation of the existing framework and, to that effect, more consistency in the remit of regulators throughout Europe.⁸ (Council of The European Union, 2006c)

Assim, em janeiro de 2007, a Comissão Europeia divulgou a primeira política oficial da UE em matéria de energia intitulada “An Energy Policy for Europe”, concebida para garantir um fornecimento energético seguro, sustentável e competitivo. Os objetivos energéticos prioritários envolvem a garantia do bom funcionamento do mercado interno da energia, a segurança do fornecimento estratégico, reduções concretas das emissões de gases com efeito de estufa causadas pela produção ou consumo de energia e a capacidade da UE para falar a uma só voz na cena internacional, isto é, uma política energética externa comum. (European Commission, 2007)

⁸ Tradução livre da autora: “[...] no que se refere ao quadro regulamentar, é de notar que são muito poucos os pedidos ou sugestões para o desenvolvimento de novos instrumentos, com a possível exceção de medidas relacionadas com a eficiência energética e o armazenamento de gás, enquanto várias delegações [...] estão a exercer pressão no sentido de uma implementação mais completa do quadro existente e, para esse efeito, de uma maior coerência no mandato dos reguladores em toda a Europa.”

Os líderes europeus acordaram em basear a política energética europeia em medidas internas, rejeitando as propostas mais ambiciosas e integracionistas da Comissão, como a criação de uma agência reguladora da UE para a política energética.

As decisões mais notáveis tomadas pelo Conselho Europeu em março de 2007 diziam respeito à segurança do fornecimento, com um acordo para estabelecer mecanismos mais eficazes de resposta a crises potenciais de aprovisionamento. No entanto, o significado destes mecanismos continua a não ser claro, uma vez que o compromisso cuidadosamente redigido estipulava que os novos mecanismos deveriam basear-se "nomeadamente nos mecanismos existentes [...] tendo em conta a responsabilidade primordial dos Estados-Membros relativamente à sua procura interna". (Council of the European Union, 2007)

Apesar de um grande progresso, as propostas do Conselho não refletem as posições da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, em especial sobre se a UE é o nível mais adequado para resolver os problemas relacionados com a energia, ainda que partilhem do ponto de vista da Comissão e do Parlamento sobre a importância da energia como uma preocupação vital de segurança. Porventura, este enquadramento da segurança energética pode justificar a cautela dos EM em transferir competências para o nível supranacional e aumentar a cooperação intergovernamental na UE. (Natorski & Herranz-Surrallés, 2008)

4. Segunda revisão estratégica de energia

Nos casos de graves perturbações no fornecimento energético, a autoridade para decidir sobre as medidas a implementar continua a caber ao Conselho, ainda que (agindo) sob proposta da Comissão. Como analisado no capítulo anterior, apesar da evidente mudança de perceção e priorização no que respeita ao desenvolvimento da segurança energética da UE, ainda existe uma falta de regulamentação vinculativa para os EM no que diz respeito à política externa de segurança energética – neste domínio, as competências da Comissão continuam a ser limitadas. (Maltby, 2013)

Tanto o Livro Verde sobre a energia de 2006, divulgado três meses após a rutura do fornecimento de gás em 2006) como a segunda análise estratégica da energia realizada pela Comissão em 2008 foram respostas às divergências nas estratégias energéticas entre os EM e às discrepâncias na dependência das importações decorrentes do alargamento da UE. (Maltby, 2013)

Na sua Diretiva relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento em gás natural, a Comissão Europeia apresentou respostas às questões de

segurança do aprovisionamento e propostas para um mecanismo de decisão ao nível comunitário, que surgiram primeiro em 2008, como um “block purchasing mechanism for Caspian gas”⁹.-(Council of the European Union, 2004; European Commission, 2008)

No Plano de Ação da UE para a Segurança Energética e Solidariedade, a Comissão Europeia propôs, portanto, seis ações prioritárias de infraestrutura como prioridades da Comunidade, entre os quais, um corredor meridional de gás para o aprovisionamento de gás do Mar Cáspio e do Médio Oriente – o chamado Southern Gas Corridor (SGC).

O SGC, que visava fornecer gás da Ásia Central e do Médio Oriente aos mercados europeus, marcou uma nova fase na elaboração das políticas da UE em matéria de energia (segurança) – um foco externo mais coerente e mudança de uma abordagem puramente orientada para o mercado para uma abordagem mais geopolítica. (Verda, 2016; Kuzemko & Hadfield, 2016)

Nomeadamente, em setembro de 2011, o Conselho mandou a Comissão a negociar um tratado juridicamente vinculativo, em nome da UE, com o Azerbaijão e o Turquemenistão, com objetivo de construir um sistema transcaspiano de gasodutos, representando assim “a primeira decisão operacional no âmbito de uma estratégia externa coordenada e unida em matéria de energia”. (European Commission, 2011)

Evidentemente, as novas iniciativas de cooperação e estratégias energéticas visavam reduzir a sua dependência do gás russo. Para tal, a UE necessitava não só de um mercado interno estável e coerente, mas, também, de uma estratégia geopolítica centrada no estabelecimento de relações (energéticas) com novos fornecedores, neste caso, do Cáucaso e da Turquia.

O SGC seguiu a mesma lógica de outros projetos apoiados pela UE destinados a reduzir a dependência do gás russo: o gasoduto Nabucco, a rota Turquia-Grécia-Itália (ITGI) e o Gasoduto Transadriático. Politicamente, SGC tinha como objetivo reforçar as relações da UE com o Cáucaso e a Turquia, através de parcerias energéticas com ambas as regiões. Além disso, a UE pretendia integrar vários fornecedores de gás, incluindo o Irão, o Iraque e o Turquemenistão, na rede de gasodutos sem restrições. Já o objetivo global era diversificar o aprovisionamento energético e reforçar a segurança energética dos países da Europa Central e Meridional, reduzindo desta forma a sua dependência do gás russo. (Kuzemko & Hadfield, 2016)

Contudo, o contexto regional em torno do SGC revelou-se altamente complexa. Inicialmente, os recursos do Médio Oriente eram menos acessíveis do que o previsto nos

⁹ Tradução livre da autora: mecanismo de compra em bloco de gás do Mar Cáspio

documentos da Comissão Europeia. Muitas reservas do Médio Oriente foram consideradas demasiado pequenas ou demasiado distantes dos mercados da UE para poderem dar um contributo viável para o SGC, tendo em conta os elevados custos de investimento e a competitividade dos preços nos mercados finais. (Verda, 2016)

Outro obstáculo significativo foi a incapacidade do gás natural turcomeno de chegar aos mercados europeus. O governo turcomeno impôs regulamentos rigorosos aos parceiros internacionais em relação à compra de gás natural na fronteira, o que criou um ambiente de alto risco para as empresas internacionais e diminuiu o interesse dos operadores ocidentais em investir no Turquemenistão. O acesso às reservas do Turquemenistão foi considerado crucial para que o SGC atingisse uma capacidade anual significativa (pelo menos 50 bcm/ano), assim a CE concentrou esforços na superação destes desafios e na promoção da participação do Turquemenistão no SGC. (Verda, 2016)

Apesar compromisso inicial de muitos Estados-Membros da UE para com a política de segurança energética da UE, o SGC acabou por ser interrompido pela Comissão Europeia. Esta decisão foi influenciada principalmente pelo cancelamento do gasoduto Nabucco em 2012, que foi encarado como o projeto fundamental do SGC. Para além deste revés, o SGC deparou-se com vários desafios comerciais e financeiros ao longo dos anos. Além disso, as suas perspetivas complicaram-se ainda mais com a emergência da concorrência do projeto South Stream da Gazprom, anunciado mais tarde. (Reuters, 2014)

5. Tratado de Lisboa (2009)

O Tratado de Lisboa (Tratado) alterou várias disposições do Tratado da Comunidade Europeia/Tratado de Roma e introduziu alterações significativas, nomeadamente na partilha de competências com os Estados-Membros na gestão do setor da energia.

Uma alteração fundamental no direito fundamental da UE ao abrigo do Tratado de Lisboa (TL) foi a inclusão explícita de disposições em matéria de energia. O artigo 122º do Tratado proporciona uma base jurídica para uma ação coordenada da UE destinada a atenuar os desafios económicos decorrentes de perturbações do aprovisionamento. Especificamente, o artigo 194.º estabelece a política energética como uma competência partilhada entre a UE e os seus Estados-Membros, com o objetivo de assegurar o funcionamento do mercado interno da energia e a segurança do aprovisionamento energético da União, em caso de perturbações energéticas externas, como as Gas Wars, que afetaram o aprovisionamento de gás natural da

UE, tornando-se crucial promover a interconexão das redes energéticas internas. (Maltby, 2013; Council of the European Union, 2007)

Apesar desta competência partilhada, os Estados -Membros mantêm autoridade em domínios como a exploração energética, a determinação das suas fontes de energia e a estrutura global do seu aprovisionamento energético. Este duplo quadro permite à UE coordenar políticas energéticas globais, respeitando simultaneamente a soberania nacional dos Estados-Membros em decisões específicas relacionadas com a energia. (Arinaitwe, 2014)

Com base nisso, é possível deduzir que o artigo previa um compromisso interpretativo, e não juridicamente vinculativo. (Konstadinides, 2011)

Em termos de instrumentos formais e de competências, a tomada de decisões no domínio de intervenção depende da cooperação intergovernamental e continua a ser dominada pelas preferências nacionais, ou seja, o Tratado de Lisboa reiterou as regras de tomada de decisão já existentes no domínio da energia. (Maltby, 2013)

Ainda que o Tratado não tenha implementado uma grande mudança na direção da política energética da UE, progressos significativos no sentido de uma política mais coordenada e sofisticada em matéria de segurança energética foram feitos. É ainda possível argumentar que o Tratado de Lisboa legitimou a posição da UE de negociar em nome dos EM acordos de projetos energéticos com seus parceiros e assim diversificar o aprovisionamento energético. (Arinaitwe, 2014)

5. Acordo de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia (2012-2014)

O Acordo de Associação (AA) substitui o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) enquanto quadro jurídico fundamental para as relações UE-Ucrânia. O APC, assinado em 1994, entrou em vigor em março de 1998 por um período inicial de dez anos. Nos termos do artigo 101.º, o acordo é automaticamente prorrogado todos os anos, a menos que uma das partes notifique a outra da sua denúncia pelo menos seis meses antes da data de expiração. Embora o APC pudesse legalmente prosseguir sem problemas, a evolução interna, tanto na UE como na Ucrânia, tornou desatualizadas várias disposições do APC, deixando de refletir as atuais ambições das suas relações bilaterais. (Van der Loo, Van Elsuwege, & Petrov, 2014)

O Acordo de Associação (AA) estabelece um quadro institucional a vários níveis, com base nas práticas de outros acordos de associação da UE, introduzindo simultaneamente inovações notáveis. As cimeiras anuais ao mais alto nível político fornecerão orientações gerais para a implementação do acordo e proporcionarão uma plataforma para debater interesses

mútuos, formalizando uma prática que existia no âmbito do APC UE-Ucrânia, mas que não foi explicitamente declarada. (European Union, 2014)

A condicionalidade é um instrumento estratégico fundamental da Política Europeia de Vizinhança (PEV) e desempenha um papel significativo no AA, apresentando de forma proeminente duas formas distintas de condicionalidade. Em primeiro lugar, inclui disposições que sublinham o empenho da Ucrânia em valores europeus comuns, como a democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (condicionalidade dos valores comuns). Em segundo lugar, a secção do acordo sobre a zona de comércio livre abrangente e aprofundado (ZCLAA) introduz uma condicionalidade explícita de «acesso ao mercado», que estipula que a Ucrânia só obterá acesso adicional a determinados setores do mercado interno da UE depois de implementar com êxito as reformas legislativas, tal como determinado após um rigoroso processo de acompanhamento pela UE. (Van der Loo, Van Elsuwege, & Petrov, 2014)

Na sequência de amplas negociações, o Acordo de Associação UE-Ucrânia (AA) deveria ter sido assinado durante a Cimeira da Parceria Oriental de 2013, em Viena. No entanto, poucos dias antes da cimeira, o então Presidente Viktor Yanukovich, sob pressão da Rússia, anunciou a sua retirada do AA. (Przetacznik & Tothova, 2022)

Ainda assim, em 2014, foram assinados o AA e a Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada (ZCLAA). Após um período de execução provisória na pendência da ratificação, o AA entrou plenamente em vigor em setembro de 2017.

Durante todo este período, a Rússia manteve uma forte oposição ao Acordo. Procurou ativamente o apoio do Cazaquistão e da Bielorrússia para impor tarifas NMF e outras sanções comerciais à Ucrânia enquanto bloco aduaneiro. O Presidente Putin tinha inicialmente sinalizado esta intenção no final de 2011 e reiterou-a na primavera de 2013. No entanto, faltava consenso no seio da União Aduaneira, com objeções que provinham principalmente da Rússia e não de toda a União. (Dragneva & Wolczuk, 2014)

CAPÍTULO III

União Europeia: cooperação e diversificação

1. Introdução

A relação energética entre a União Europeia e a Rússia tem sido caracterizada por uma forte interdependência há décadas, sendo a Rússia o principal fornecedor de gás natural e petróleo a uma parte significativa dos Estados-Membros da UE. Como definido anteriormente, cerca de 40% do gás natural da UE foi importado da Rússia, estabelecendo uma ligação estratégica no aprovisionamento energético, em especial para países como a Alemanha, a Itália e os países da Europa Central e Oriental. Esta dependência energética foi em grande parte construída com base em interesses económicos e numa relação política relativamente estável pós-Guerra Fria, mas foi sempre acompanhada por tensões subjacentes decorrentes da imprevisibilidade geopolítica da Rússia.

Ainda antes da invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, a UE já tinha iniciado esforços para diversificar as suas fontes de energia e reduzir esta dependência de um único fornecedor. Várias crises energéticas anteriores levantaram alarmes sobre a vulnerabilidade da Europa a interrupções no fornecimento de energia russo. Contudo, esses esforços de diversificação progrediam lenta e gradualmente. Simultaneamente, estavam a ser desenvolvidos projetos como o Nord Stream 2, o que demonstra um certo nível de duplicidade na política europeia – diversificar, por um lado, e aprofundar os laços energéticos com a Rússia, por outro.

A invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022, no entanto, marcou um ponto de viragem nas estratégias energéticas da UE – respondeu de forma rápida e abrangente, aplicando sanções energéticas contra a Rússia e formulou o plano REPowerEU, que visava reduzir drasticamente a dependência do gás russo.

Esta mudança radical nas políticas energéticas da UE transformou a sua relação com a Rússia, passando de um modelo de interdependência para um esforço deliberado de desvinculação e procura de novos fornecedores e tecnologias de energia. A invasão serviu de catalisador para a UE acelerar os seus esforços de diversificação e dar prioridade à segurança energética, alterando significativamente a dinâmica da relação energética UE-Rússia.

2. Diferentes atores e estruturas

1. Importância de atos preliminares

Antes de fevereiro de 2022, o mercado energético da UE era moldado por um conjunto complexo de atores, incluindo instituições da UE, governos nacionais, empresas de energia e partes interessadas externas. A Comissão Europeia desempenhou um papel central na definição e implementação dos objetivos da política energética, em particular na abordagem da segurança energética e na promoção da diversificação. (European Commission, 2014)

A estratégia da Comissão para a União da Energia, lançada em 2015, visava unificar as políticas energéticas da UE e reduzir a dependência externa, embora a sua execução continuasse a ser desigual devido a diferentes interesses nacionais.

A Alemanha e a Itália encontravam-se entre os EM mais influentes, particularmente devido à sua forte dependência do gás natural russo. Em 2021, a Alemanha obteve 55% do seu fornecimento de gás natural da Rússia, destacando a dependência significativa que o país tinha das importações de energia russas. (Statista, s.d.)

Estes EM tiveram uma influência significativa na definição das decisões da UE em matéria de energia, especialmente em torno de projetos de infraestruturas como o Nord Stream 2, que foi concebido para trazer gás russo diretamente para a Alemanha, contornando as rotas de trânsito tradicionais através da Europa Oriental.

De acordo com um relatório do Oxford Institute for Energy Studies, o “Nord Stream 2 foi amplamente visto como um projeto geopolítico projetado para contornar a Ucrânia, limitando o seu papel como país de trânsito”. (Pirani, 2018) Apesar destas preocupações, a estratégia energética da UE antes da invasão continuou a estabelecer um equilíbrio entre a garantia de um aprovisionamento energético fiável e o aumento gradual da diversificação.

Os intervenientes externos também desempenharam um papel na configuração do mercado europeu da energia. Países como os EUA e Qatar tornaram-se importantes fornecedores de GNL à medida que a UE procurava diversificar as suas fontes de energia e reduzir a sua dependência da Rússia. Em 2020, os EUA tornaram-se o terceiro maior fornecedor de GNL da UE, representando 16% das suas importações de GNL. (European Commission, 2020) Essas relações foram vistas como passos críticos para a diversificação energética, embora sua expansão tenha sido limitada pelo investimento significativo em infraestrutura necessário para acomodar as importações de GNL em grande escala.

2. Papel de infraestruturas e acordo pré-invasão

Antes de 2022, a política europeia para energia visava equilibrar a sua crescente dependência do gás russo com a diversificação gradual. Grandes projetos de infraestrutura, como o Nord Stream 1 e o Nord Stream 2, destinavam-se a fornecer gás russo diretamente à Alemanha e à Europa Ocidental, evitando países de trânsito tradicionais como a Ucrânia e a Polónia. Esta infraestrutura tornou-se crucial para a política energética europeia devido à sua capacidade de fornecer grandes quantidades de gás natural a baixo custo. Em 2018, por exemplo, a Rússia forneceu mais de 55% do gás natural da Alemanha, destacando a importância desses gasodutos para a segurança energética da Europa. (International Energy Agency, 2020)

O Nord Stream 2 foi muito divisivo. Inicialmente concebido como um projeto para garantir o fornecimento de energia estável e acessível para a maior economia da Europa, evoluiu para um ponto de tensão geopolítica, com os críticos alertando que aumentará a dependência da Europa do gás russo e dará a Moscovo maior influência nos assuntos políticos e económicos europeus. (Pirani, 2018) Os EUA e outros EM da UE expressaram forte oposição, alegando que ignorar a Ucrânia não só privaria o país de receitas de trânsito, mas também reduziria a sua importância estratégica e o tornaria mais vulnerável à invasão russa. (Lucas, 2014)

Apesar destas preocupações, o Nord Stream 2 continuou a ser uma componente crítica da política de infraestruturas energéticas da Europa até pouco antes da invasão da Ucrânia. O gasoduto foi concluído, mas nunca ativo, com a certificação suspensa durante a invasão de 2022. No entanto, continuou a ser sintomático da dicotomia mais ampla dentro das políticas energéticas da UE: o desejo de segurança a curto prazo através de gás russo barato e abundante versus os riscos geopolíticos a longo prazo de depender de uma única fonte politicamente imprevisível. (Proedrou, 2012)

Ao mesmo tempo, a UE estava a desenvolver canais de abastecimento e infraestruturas alternativos, embora esses esforços fossem menos agressivos do que a expansão dos gasodutos russos. O Corredor Meridional de Gás, por exemplo, que planeava trazer gás do Azerbaijão para a Europa através da Turquia, foi um dos poucos projetos de diversificação que fez progressos significativos, embora tenha fornecido apenas uma pequena percentagem do gás necessário para substituir os volumes russos. (European Commission, s.d.)

Além disso, vários países europeus estavam a investir em terminais de GNL para importar gás natural liquefeito dos EUA, do Catar e outros países. Porém, até 2022, esta infraestrutura permaneceu subdesenvolvida e não foram consideradas alternativas viáveis ao gás russo. (International Energy Agency, 2020)

Com base no exposto, é possível afirmar que, antes de 2022, a estratégia da UE em matéria de infraestruturas caracterizava-se por uma dependência do gás russo, bem como por medidas de menor escala para diversificar as fontes de energia através de gasodutos alternativos e instalações de GNL. As dificuldades geopolíticas em torno do Nord Stream 2 expuseram a vulnerabilidade e a dificuldade da UE em equilibrar as necessidades energéticas imediatas com preocupações de segurança a longo prazo.

3. Resposta da UE às crescentes tensões

1. Medidas de prevenção e segurança energética

A UE reconhecia a sua dependência energética da Rússia como um risco geopolítico fundamental. Várias crises, como as disputas de gás em 2006 e 2009, ilustraram os perigos de dependência de um único fornecedor, especialmente um capaz de instrumentalizar a energia. (Teipelke, 2010)

Estes desacordos perturbaram o aprovisionamento de gás à Europa, salientando a necessidade de um sistema energético mais resiliente e forçando a UE a adotar políticas destinadas a melhorar a segurança energética. Em resposta a estes sinais de alerta precoce, a Estratégia Europeia de Segurança Energética, publicada em 2014, destacou objetivos fundamentais para reduzir a dependência energética e garantir a estabilidade e a segurança do aprovisionamento energético da UE. A política apelou à diversificação das fontes de energia, à criação de um mercado interno da energia mais integrado e ao aumento da eficiência energética em todos os EM. De acordo com a Comissão Europeia (2014), “a diversificação de fornecedores, rotas e fontes de energia é essencial para garantir a segurança energética”, especialmente dada a dependência da Europa do gás russo na época.

A iniciativa da União da Energia, anunciada em 2015, promove estes objetivos, incentivando a cooperação entre os EM da UE para alcançar a independência e a segurança energéticas. O projeto focou-se em cinco dimensões: segurança energética, solidariedade e confiança, um mercado europeu da energia plenamente integrado, eficiência energética, descarbonização económica, e investigação, inovação e competitividade. (European Commission, 2015) Como parte da União da Energia, os EM foram instados a investir em energias renováveis, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis importados, nomeadamente o gás russo.

Apesar destas tentativas, os progressos na diversificação do aprovisionamento energético foram graduais e a Rússia continuou a ser o principal fornecedor de gás para a Europa.

O gasoduto Nord Stream 2, que estava concluído, mas não estava a funcionar antes da invasão da Ucrânia, tornou-se um ponto fulcral do debate sobre a segurança energética da UE. Embora oferecesse um aprovisionamento consistente e direto de gás para a Alemanha e outros mercados europeus, também despertou preocupações sobre o aumento da dependência da Europa da energia russa e o enfraquecimento da posição estratégica de Estados de trânsito do leste europeu.

1. Estratégia Europeia de Segurança Energética (2014)

Em 2014, o aprovisionamento russo representava um terço das importações de gás e petróleo da UE. Todavia, o conflito na Ucrânia, uma importante rota de trânsito para o gás russo, e a anexação da Crimeia destacaram os riscos associados a esta dependência externa.

Cada vez mais a segurança energética ocupava um lugar de destaque nos discursos dos EM, sendo particularmente problemático para os Estados bálticos e da Europa Central e Oriental, já que alguns dependiam inteiramente da Rússia para o fornecimento de gás.

Ainda que a UE vise reduzir a sua dependência das importações de energia, assegurar um aprovisionamento fiável de combustíveis fósseis continua a ser uma prioridade importante à luz do declínio da produção interna. Assim, no mesmo ano, surge a Estratégia Europeia de Segurança Energética, que posteriormente servirá de base para a criação da União de Energia em 2015, que delineou alguns objetivos a curto prazo e medidas a longo prazo para atenuar alguns dos riscos, colocando a segurança energética no centro das políticas energéticas internas e externas da UE. (Wilson & Dobрева, 2019)

Em outubro de 2014, o Conselho Europeu aprovou o quadro da UE relativo ao clima e à energia para 2030, que estabelece metas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o aumento da utilização de energias renováveis e a melhoria da eficiência energética até 2030. A sua aplicação faz parte da contribuição da UE para o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, que visa a transição para um sistema energético hipocarbónico.

2. União da Energia (2015)

Sob a égide da Comissão Juncker, a política energética da UE recebeu uma atenção renovada com a adoção da estratégia para a União da Energia em 2015. Esta estratégia visava

melhorar a funcionalidade do mercado único da energia, reforçar a segurança do aprovisionamento de eletricidade e gás natural e aplicar legislação para alcançar os objetivos do quadro de ação da UE relativo ao clima e à energia para 2030. A estratégia para a União da Energia englobava cinco dimensões interligadas:

1. Segurança energética, solidariedade e confiança.
2. Integração do mercado europeu da energia.
3. Eficiência energética para reduzir a procura.
4. Descarbonização da economia.
5. Investigação, inovação e competitividade.

A estratégia foi apoiada por um roteiro que especifica as ações a realizar pela Comissão durante o seu mandato.

Atualmente, a política energética seja uma competência partilhada entre a UE e os seus Estados-Membros. Isto é, embora a UE seja responsável, nos termos dos Tratados, por garantir a segurança do aprovisionamento, os Estados-Membros determinam a estrutura do seu aprovisionamento energético e a sua escolha de fontes de energia. A legislação da UE em matéria de segurança do aprovisionamento centra-se nos mercados do gás natural e da eletricidade e está estreitamente relacionada com outros objetivos da UE: consolidar um mercado único da energia, melhorar a eficiência energética e promover as fontes de energia renováveis para descarbonizar a economia e cumprir os objetivos do Acordo de Paris. (Wilson A. , 2015)

2. Mudança pós-invasão de 2022

1. Plano REPowerEU

A União Europeia anunciou a proposta REPowerEU em março de 2022 como uma reação urgente à crise energética da guerra. O objetivo fundamental da estratégia é reduzir a forte dependência da Europa dos combustíveis fósseis russos, que na altura representavam cerca de 40% do abastecimento de gás da UE. (European Commission, 2022) A invasão destacou os riscos geopolíticos da dependência energética, particularmente da Rússia, e pediu uma ação imediata para diversificar as fontes de energia da Europa e acelerar a transição para as energias renováveis.

REPowerEU delineou um quadro ambicioso para reduzir a dependência da UE das importações de energia russas em dois terços até ao final de 2022 e eliminá-las completamente

até 2027. O plano assenta em três pilares principais: diversificação dos fornecedores de energia, expansão da produção de energias renováveis e melhoria da eficiência energética em toda a UE. (European Commission, 2022)

A proposta salienta a importância de diversificar as importações de energia da UE através da aquisição de gás natural, petróleo e outras fontes de energia a fornecedores alternativos. Isso inclui o aumento das importações de GNL de países como EUA, Catar e outros, bem como gás canalizado da Noruega, Azerbaijão e países do Norte da África. (International Energy Agency, 2022) A Comissão Europeia também apoiou a formação de novas alianças energéticas com nações fora da Europa, com ênfase em soluções de curto prazo (importações de GNL) e no desenvolvimento de infraestruturas a longo prazo para garantir um sistema energético seguro e robusto. (Boubou, 2023)

Apela igualmente ao aumento das reservas estratégicas de energia da UE, com intuito de melhor resistir às ruturas de aprovisionamento. Tal implica o desenvolvimento de plataformas comuns de compra de gás e o reforço das interligações entre os EM da UE para garantir que a energia é partilhada de forma eficiente num contexto de restrições de aprovisionamento. (European Commission, 2022)

Aspira ainda acelerar a transição energética da UE através do aumento do investimento em energias renováveis. O objetivo é gerar 45% da energia da UE a partir de fontes energéticas renováveis até 2030, um aumento em relação à meta anterior de 40%. (European Commission, 2022; Boubou, 2023) O plano centra-se na rápida instalação de tecnologias eólicas, solares e de hidrogénio verde, bem como no aumento da produção de biogás para substituir o gás natural.

Para além dos investimentos na produção de energia renovável, a REPowerEU dá prioridade ao desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia e de infraestruturas de rede melhoradas, como a eólica e a solar. A estratégia apela igualmente a um procedimento de licenciamento mais rápido para os projetos de energias renováveis, a fim de assegurar que as tecnologias energéticas limpas sejam implantadas o mais rapidamente possível.

Outra componente fundamental da proposta é a redução do uso geral de energia através de métodos de eficiência energética. O plano prevê uma redução de 13% no consumo de energia até 2030, acima da meta anterior de 9%. Tal implica aumentar a eficiência energética dos edifícios, promover a utilização de aparelhos eficientes do ponto de vista energético e incentivar mudanças de comportamento dos consumidores, tais como a redução das temperaturas de aquecimento e arrefecimento nas casas e nos locais de trabalho.

As iniciativas em matéria de eficiência energética são cruciais para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e reduzir a procura total de importações de energia,

tornando a UE mais resiliente às interrupções do aprovisionamento. O plano salienta a importância de tornar os edifícios residenciais e comerciais mais eficientes do ponto de vista energético, um processo apoiado pelo projeto da UE “Renovation Wave”, que pretende duplicar a taxa de renovação de edifícios até 2030. (European Commission, 2020)

REPowerEU é um dos mais importantes desenvolvimentos em matéria de política energética na história da UE, prevendo-se que a sua implementação transforme o ambiente energético da Europa durante décadas. Porém, o plano enfrenta obstáculos significativos, especialmente no que toca à rápida expansão da produção de energia renováveis e das infraestruturas. Os ambiciosos objetivos da UE exigirão investimentos financeiros consideráveis e uma coordenação política entre os EU. Para além disso, a rivalidade mundial em matéria de aprovisionamento de GNL e componentes de energias renováveis pode construir um desafio, à medida que países de todo o mundo procuram garantir as suas próprias fontes de energia face à atual crise energética.

Apesar destes obstáculos, a proposta destaca o compromisso da UE em criar um energético mais robusto, seguro e sustentável independente dos combustíveis fósseis russos. Salienta igualmente a liderança da UE na transição energética mundial, que visa garantir a segurança energética e, simultaneamente, cumprir os objetivos climáticos.

2. Diversificação Acelerada de Importações

Antes de fevereiro de 2022, havia disparidades substanciais na dependência energética dentro da UE, com Estados como a Alemanha altamente dependentes do gás russo, enquanto outras, como a Polónia, fizeram mais avanços na diversificação de seus suprimentos de energia. (International Energy Agency, 2020) A invasão, combinada com as subseqüentes limitações do fornecimento de gás europeu pela Rússia, expôs estas fragilidades e sublinhou a necessidade da UE adotar uma abordagem mais integrada da segurança energética.

Em resposta à crise, a UE sublinhou a necessidade de medidas de solidariedade que permitam aos EM ajudarem-se mutuamente em tempos de escassez de energia. O plano REPowerEU, anunciado em março de 2022, delineou requisitos específicos para melhorar a cooperação regional em matéria de aprovisionamento energético, tais como a construção de plataformas conjuntas de compra de gás. (European Commission, 2022) Estas plataformas permitem aos Estados membros agrupar o seu consumo de recursos, negociar preços mais baixos e limitar a concorrência entre si, enquanto asseguram diversos abastecimentos dos mercados mundiais.

Adicionalmente, a UE insistiu no reforço dos interconectores energéticos entre os EM, a fim de facilitar o trânsito de gás e eletricidade através das fronteiras. As interligações permitem que países com excesso de aprovisionamento energético, como Espanha e Portugal, forneçam energia a outros países que enfrentam escassez, como a Alemanha e a Polónia. De acordo com a Agência Internacional de Energia, essas melhorias de infraestrutura são cruciais para estabelecer um mercado de energia mais resiliente e interligado, garantindo que nenhum país da UE esteja exposto a interrupções de fornecimento. (International Energy Agency, 2022)

Outro aspeto importante da cooperação energética pós-invasão tem sido a rápida construção de infraestruturas de GNL, nomeadamente em países membros como a Alemanha. Antes da invasão, as instalações de GNL estavam concentradas em alguns países, como Espanha e Polónia, mas depois de 2022, a UE priorizou o desenvolvimento de múltiplas instalações de GNL para diversificar suas importações de gás e diminuir sua dependência do gás russo por gasoduto. (International Energy Agency, 2022)

A UE também reforçou a cooperação com parceiros externos, em especial os Estados Unidos, que emergiam como o principal fornecedor de GNL da Europa. Os EUA concordaram em fornecer à UE mais 15 mil milhões de metros cúbicos (bcm) de GNL em 2022, como parte de um esforço de cooperação transatlântica mais vasto para diminuir a dependência energética da Europa em relação à Rússia. (European Commission, 2022)

Para além da cooperação externa, a UE procurou desenvolver o seu mercado interno da energia, incentivando acordos de partilha de energia. Estes acordos permitiriam aos EM partilhar o aprovisionamento energético em momentos de elevada procura ou escassez. Por exemplo, o Regulamento de Segurança do Aprovisionamento de Gás da UE, modificado em 2017, mandou os EM para implementarem “mecanismos de solidariedade”, nos quais os Estados vizinhos partilhavam o fornecimento de gás em caso de graves perturbações no aprovisionamento. (European Commission, 2017) Esta regra tornou-se mais significativa quando o fornecimento de gás da Rússia diminuiu nos meses seguintes à invasão da Ucrânia.

A integração das energias renováveis no quadro de partilha de energia tornou-se também uma parte importante da política da UE. O aumento de projeto transfronteiriços de energia renováveis, particularmente eólica e solar offshore, permitiu à UE dispersar melhor os seus recursos energéticos, reduzindo a dependência de qualquer fonte ou fornecedor de energia. (European Commission, 2022)

Embora a cooperação energética e a solidariedade tenham sido fundamentais para navegar na crise energética, continuam a persistir problemas significativos. A construção das infraestruturas necessárias, como terminais GNL e interligações energéticas, exige tempo e um

investimento significativo. Além disso, a procura mundial de GNL aumentou, resultando numa concorrência crescente pelos fornecimentos e em custos mais elevados. Contudo, o empenho da UE em reforçar a solidariedade e aumentar a colaboração abriu caminho a um sistema energético mais resiliente e integrado no futuro.

Através da congregação de recursos e da melhoria da interconectividade, a UE está mais bem posicionada para lidar com futuras crises energéticas e diminuir a sua dependência de fornecedores externos, em especial da Rússia. A ênfase na solidariedade não só assegurou que nenhum EM estivesse em risco, como também reforçou a posição geopolítica da UE no mercado global da energia.

4. Cooperação energética com outros atores

Grandes desenvolvimentos de infraestruturas, como os gasodutos Nord Stream 1 e Nord Stream 2, proporcionaram ligações diretas de gás da Rússia à Europa, evitando importantes países de trânsito, como a Ucrânia e a Polónia. Para países como a Alemanha esses gasodutos eram vitais para garantir o aprovisionamento de energia acessível e de longo prazo. (Bundesnetzagentur, 2021)

Contudo, existe uma relação infraestrutural muito forte entre a UE e os seus fornecedores de gás – esta ligação limita a capacidade destes fornecedores externos de redirecionarem os seus fornecimentos para mercados alternativos. Assim, ficam expostos não só ao regime regulamentar da UE, mas também ao poder de mercado da UE. Este bloqueio infraestrutural, nomeadamente no caso de gás canalizado, forçou a Rússia e a Europa a uma dependência mútua com consequências geopolíticas. (Andersen & Sitter, 2019)

De facto, a crescente procura de gás por parte da UE tem sido um fator determinante no que diz respeito ao desenvolvimento da política energética (de segurança) da UE. A consciência deste desafio crescente levou a UE a criar novas estratégias destinadas a combatê-lo. Uma dessas estratégias, como já foi referido, baseia-se no estreitamento e aprofundamento de laços com países estrategicamente importantes que são cruciais para a segurança energética e a diversificação energética da UE.

Do ponto de vista da UE, o gás tornou-se um produto estratégico - a dependência da UE das importações de gás da Rússia cria um problema de segurança, uma vez que a infraestrutura da região a mantém dependente do seu vizinho oriental. A Polónia e os Estados bálticos têm sido os principais defensores desta agenda do gás centrada na segurança, dado o domínio da Rússia nos seus mercados e contexto histórico, juntamente com a recente assertividade da

Rússia. Na perspectiva deles, o gás é visto como um instrumento de política externa com implicações significativas na segurança. (Andersen & Sitter, 2019)

Ainda em 2019 foram introduzidas diversas medidas para diversificar as suas fontes de energia e fazer a transição para energias renováveis como parte do European Green Deal. Procurou tornar a Europa o primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050, reduzindo drasticamente a utilização de combustíveis fósseis, especialmente gás natural. (European Commission, 2019)

Como podemos observar no gráfico, os principais fornecedores de gás da UE (de longa data) são a Noruega, a Rússia e países do Norte de África, nomeadamente, a Argélia. (Widdershoven, 2022; Council of the European Union, 2024)

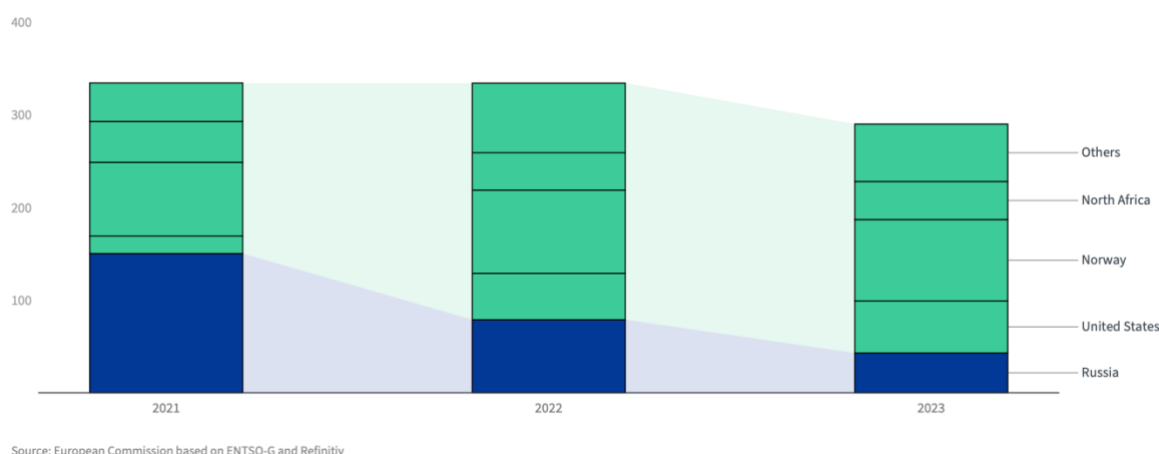


Fig. 4 - Alterações no aprovisionamento de gás dos principais parceiros da UE (2021-2023)

De acordo com os últimos dados disponíveis, a quota do gás por gasoduto da Rússia nas importações da UE caiu drasticamente, de mais de 40% em 2021 para cerca de 8% em 2023. Ao combinar gás canalizado e GNL, a contribuição da Rússia para as importações totais de gás da UE baixou para menos de 15%. Esta redução significativa deveu-se principalmente a um aumento acentuado das importações de GNL e a uma diminuição global do consumo de gás na UE. (Council of the European Union, 2024)

Em janeiro de 2022, a UE garantiu o seu aprovisionamento de gás para o inverno através de um aumento sem precedentes das importações de GNL. Anualmente, a UE poderia importar mais 50 mil milhões de metros cúbicos (bcm) de GNL de fontes como o Qatar, os EUA, o Egito e a África Ocidental. Além disso, a diversificação das fontes de gasodutos do Azerbaijão, Argélia e Noruega poderia poupar mais 10 bcm de importações de gás russo a cada ano. (Council of the European Union, 2024)

Isto foi possível devido à uma série de mudanças tanto nos mercados europeus como no mundial. O GNL é semelhante ao petróleo na medida em que é mais fungível em comparação com o gás canalizado. Isto significa que o GNL, transportado por navios, pode ser facilmente trocado/substituído por outro carregamento, oferecendo maior flexibilidade. Em contrapartida, o gás canalizado depende de infraestruturas fixas, o que limita a sua substituíbilidade. Como resultado, a queda dos preços do GNL afeta diretamente o fornecimento de gás canalizado, mesmo aqueles vinculados por contratos de longo prazo, pois oferece uma alternativa mais atrativa, exercendo assim uma pressão descendente sobre os preços do gás canalizado. Esta dinâmica obriga os fornecedores tradicionais de gás canalizado a ajustar as suas estratégias de preços para se manterem competitivos. (Andersen & Sitter, 2019)

O aumento da utilização e disponibilidade de GNL está gradualmente a transformar os mercados regionais de gás num mercado mais globalizado. Esta mudança significa que os preços do gás natural são cada vez mais influenciados pela dinâmica global da oferta e da procura, à semelhança do mercado petrolífero. Consequentemente, as flutuações de preços numa parte do mundo podem agora ter impactos mais amplos, contribuindo para um mercado mundial do gás mais interligado e competitivo.

Além de que, tal como todos os produtores de combustíveis fósseis, os fornecedores de gás têm de fazer face às políticas da UE destinadas a criar um sistema energético mais sustentável em resposta às preocupações com as alterações climáticas. No entanto, o gás natural é frequentemente apontado como um combustível de transição ideal. Se o gás puder desempenhar um papel significativo na transição para uma energia mais verde, o seu futuro poderá ser mais promissor do que o do petróleo e do carvão.

A ascensão de GNL e a evolução dos mercados do gás colocaram desafios e possibilidades à UE. Por um lado, a transição para o GNL reduziu a dependência da Europa do gás canalizado russo, porém também expôs a UE a novas dinâmicas de mercado que devem ser cuidadosamente geridas. Ao mesmo tempo que diversifica o seu aprovisionamento, a UE pretende reforçar as parcerias internacionais e prosseguirá os debates com os países do G7 e os principais compradores mundiais de gás, incluindo o Japão, a Coreia do Sul, a China e a Índia, sobre a evolução do mercado a médio prazo. (European Commission, 2022a)

Embora o gás natural seja considerado um combustível de transição à medida que a UE transita para um sistema energético mais sustentável, os objetivos climáticos abrangentes da UE continuam a ser uma prioridade. O gás é visto como uma ligação potencial entre combustíveis fósseis tradicionais, como o carvão, e as fontes de energia renováveis que dominarão o futuro da Europa. Porém, à medida que as políticas da UE evoluem para a

descarbonização, os fornecedores de gás existentes – quer sejam canalizados ou GNL – terão de se adaptar a um quadro regulamentar em mudança.

5. Conclusão

A estratégia energética da UE sofreu alterações consideráveis, particularmente à luz do aumento das tensões com a Rússia e da invasão da Ucrânia em 2022. Historicamente, a dependência da UE do gás russo estava firmemente enraizada na sua infraestrutura energética e nas suas relações geopolíticas, expondo vulnerabilidades durante crises anteriores. Apesar dos esforços iniciais para diversificar as fontes de energia e investir em energias renováveis, a região continuou a depender do gás canalizado da Rússia, que se tornou um passivo estratégico.

No entanto, o ano de 2022 marcou um ponto de viragem decisivo. A introdução REPowerEU e a rápida diversificação do aprovisionamento energético, nomeadamente através do aumento da utilização de GNL proveniente dos Estados Unidos e de outros parceiros, assinalaram uma mudança fundamental na política energética da UE. O declínio nas importações de gás russo – de mais de 40% do total em 2021 para menos de 15% em 2023 – demonstra o sucesso dessas estratégias na redução da dependência.

A expansão da infraestrutura de GNL e a transição para fontes de energia renováveis não só reforçaram a segurança energética da UE, como também aceleraram a sua transição para um sistema energético mais sustentável. Ainda assim, a Europa enfrenta problemas permanentes à medida que navega na dinâmica do mercado mundial do gás, na volatilidade dos preços e na rivalidade no aprovisionamento. A longo prazo, a capacidade da UE para integrar a segurança energética nas suas ambições climáticas determinará o êxito desta mudança e o seu papel no panorama energético mundial em expansão. O capítulo 3 debateu a forma como a dependência energética histórica da UE em relação à Rússia afetou os seus objetivos atuais, salientando a importância da diversificação e inovação contínuas para garantir um futuro energético estável e sustentável.

CAPÍTULO IV

Políticas e estratégias russas no domínio da energia

1. Introdução

O setor energético da Rússia tem sido tradicionalmente crítico tanto para a sua economia interna como para a diplomacia internacional. Como um dos maiores exportadores mundiais de gás natural e petróleo, a Rússia há muito que utiliza os seus enormes recursos energéticos para exercer influência na cena internacional, particularmente nas suas relações com a União Europeia (UE). Este capítulo analisa o crescimento das políticas e estratégias energéticas da Rússia antes e depois da invasão da Ucrânia em 2022, que marcou um momento decisivo na relação energética do país com o resto do globo, particularmente a Europa.

Antes de 2022, a Rússia dependia significativamente das exportações de petróleo para a Europa, tanto para obter receita quanto para influência geopolítica. Os Nord Stream 1 e 2, dois importantes projetos de infraestruturas, eram sintomáticos da ambição da Rússia de consolidar o controlo sobre o aprovisionamento energético europeu. Porém, os acontecimentos de 2022 e as consequentes sanções impostas pela UE e seus aliados obrigaram a Rússia a reconsiderar a sua política energética, especialmente porque a Europa reduziu rapidamente a sua dependência do gás russo.

O capítulo encontra-se dividido em duas grandes secções. A primeira parte analisa as políticas energéticas da Rússia antes da invasão da Ucrânia em 2022, tendo como foco o uso da energia como instrumento geopolítico e estratégias de exportação para a Europa. O segundo segmento analisa a estratégia energética da Rússia após a invasão, como foco no seu movimento em direção aos mercados asiáticos, na redução do fornecimento de gás para a Europa e nas ramificações de longo prazo tanto para a Rússia como para o mercado global de energia. Portanto, analisa essas mudanças para fornecer um relato de como os acontecimentos recentes afetaram as políticas energéticas e a posição da Rússia no ambiente energético global.

2. *Timeline* da Estratégia Energética Russa (antes de 2022)

1. Controlo do mercado europeu

Tal como referido anteriormente, a Rússia utilizava os seus extensos recursos energéticos, particularmente gás natural e petróleo, para exercer poder global. Como fornecedor

dominante da Europa, a Rússia dependia das exportações de energia através da Gazprom para manter o controle. (Mitrova & Corbeau, 2024) A Rússia forneceu uma grande quantidade de gás natural da Europa, com a Alemanha, a Polónia e as repúblicas bálticas a dependerem fortemente da energia russa. (Siddi, 2020) Esta situação criou insuficiências no interior da UE e realçou as preocupações estratégicas associadas à dependência energética.

A estratégia energética da Rússia foi especialmente visível nas suas interações com os antigos estados soviéticos e a Europa Oriental. Durante as disputas de gás de 2006 e 2009, com a Ucrânia, a Rússia cortou o fornecimento de gás para grande parte da Europa, provando a sua disposição de usar a energia como arma política. (Goldthau & Sitter, 2015) No entanto, as tensões políticas, em particular a anexação da Crimeia em 2014 e as subsequentes sanções, forçaram a Rússia a reconsiderar a sua estratégia de exportação de energia a longo prazo. Como resultado, o pivô para os mercados asiáticos tornou-se uma pedra angular dos esforços da Rússia para diversificar suas rotas de exportação de energia e reduzir a dependência da Europa.

Projetos como o Nord Stream 2 tornaram-se componentes críticos do plano geral da Rússia de consolidar a sua posição como o principal fornecedor de energia da Europa. O gasoduto, que evitou países de trânsito tradicionais, representou o desejo da Rússia de obter acesso direto aos mercados europeus, particularmente à Alemanha, ao mesmo tempo em que diminuiu a sua dependência do trânsito pela Europa Oriental. (Aslund, 2021) Apesar das objeções dos EUA e de alguns EM da UE, o projeto foi concluído em 2021, mas não se tornou totalmente operacional devido ao aumento das tensões políticas.

Este projeto tornou-se um dos projetos energéticos mais controversos da Europa. Autoridades de energia russas, incluindo o CEO da Gazprom, Alexey Miller, argumentaram consistentemente que o gasoduto era essencial para garantir o fornecimento de gás “confiável e económico” para a Europa. Por sua vez, os críticos do projeto, como o Primeiro-Ministro da Polónia, Mateusz Morawiecki, descreveram o gasoduto como um “cavalo de Troia da política energética de Putin”, projetado para aprofundar a dependência europeia da energia russa. (Aslund, 2021) Apesar de tudo, a natureza mutuamente benéfica da relação Rússia-UE continuou até a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022.

2. Energy Strategy 2035

Pré-fevereiro 2022, o plano de exportação de energia da Rússia visava reforçar o seu domínio nos mercados energéticos europeus. As receitas do petróleo e do gás eram essenciais para a economia russa, representando uma parte considerável – quase 50% em 2012 – do

orçamento do Estado. (Van de Beukel & Van Geuns, 2022) Contratos de longo prazo, com países europeus, bem como infraestruturas estratégicas como o Nord Stream 1, ajudaram a supremacia da Rússia no mercado. Porém, a sua dependência económica dos rendimentos dos combustíveis fósseis tornou-a vulnerável a mudanças no mercado global da energia e a sanções.

Esta dependência foi definida na Estratégia Energética 2035 da Rússia, aprovada em 2020, que deu prioridade ao aumento das exportações de energia, particularmente através de contratos de longo prazo e gasodutos como o Nord Stream 1 e o Nord Stream 2, ao mesmo tempo que expandia os seus mercados de exportação para a Ásia. (Yermakov & Mitrova, 2019)

A estratégia enfatizou a posição contínua da Rússia como uma superpotência energética global, com foco no ganho de participação de mercado na Europa e no crescimento progressivo das exportações para a Ásia. No entanto, a invasão da Ucrânia representou uma mudança significativa. Em reação às sanções europeias, a Rússia tomou medidas de retaliação, cortando o fornecimento de gás à UE. O fornecimento de gás via Nord Stream 1 foi restringido em 80% em meados de 2022, causando um aumento nos custos de energia europeus e destacando a influência geopolíticas de Moscovo sobre os seus recursos energéticos. (Van de Beukel & Van Geuns, 2022)

Porém, o rápido declínio das importações de gás russo para a Europa levou a UE a acelerar o seu esforço REPowerEU, que procura reduzir a dependência da energia russa, em 2023, a proporção da Rússia nas importações europeias de gás caiu drasticamente, de mais de 40% em 2021 para menos de 8%. A queda da dependência europeia, combinada com sanções contra os setores de petróleo e gás da Rússia, teve um impacto significativo nas previsões de receita de longo prazo do Estado.

A Estratégia Energética da Rússia para 2035 apelou à diversificação nos mercados asiáticos para contrariar estas perdas. Porém, a construção de novas infraestruturas, especialmente para satisfazer a procura crescente na China e na Índia, continua a ser um problema substancial devido a restrições de custos e geopolíticas. (Henderson & Mitrova, 2020)

Embora a Estratégia Energética 2035 preveja que a Rússia mantenha a sua influência energética global, a atual situação geopolítica exigiu revisões rápidas. A dependência do país das exportações de combustíveis fósseis, juntamente com a perda dos mercados europeus, tornou a sua abordagem vulnerável a choques externos, sanções e mudanças na procura global de energia.

3. Mudanças nas políticas russas após fevereiro de 2022

O gasoduto “Power of Siberia”, que começou a funcionar em 2019, foi uma componente importante do objetivo da Rússia de diminuir a dependência dos mercados europeus, e, simultaneamente, aumentar as vendas para a Ásia, tornando-se ainda mais importante após a invasão. O Presidente russo saudou o projeto como um “evento genuinamente histórico” entre os dois países. (Deutsche Welle, 2019) Este projeto faz parte de um esforço mais amplo da Rússia para reduzir a sua dependência dos mercados europeus e construir parcerias de longo prazo na Ásia.

Em particular, a China emergiu como um parceiro fundamental para a Rússia. Em 2014, após a imposição de sanções pelo Ocidente, a Gazprom assinou um acordo de US\$ 400 mil milhões com a China, marcando um dos maiores acordos de energia da história. (Watt & Isachenkov, 2014) Este acordo solidificou ainda mais a parceria energética entre os dois países, com a Rússia a posicionar-se como um importante fornecedor de energia para a Ásia. (Boubou, 2023)

Embora o pivô para a Ásia apresente oportunidades significativas para a Rússia, também existem desafios substanciais. Um dos principais obstáculos que a Rússia enfrenta é a falta de infraestruturas suficientes que ligam a Rússia aos mercados asiáticos, sendo significativamente menos desenvolvidas que os gasodutos que ligam a Europa. Ainda que o gasoduto “Power of Siberia” seja uma grande conquista, uma maior expansão exigirá investimentos significativos em gasodutos, instalações de GNL e outras infraestruturas. A Rússia está a trabalhar para expandir a sua capacidade de GNL, particularmente na região do Ártico, contudo estes projetos são dispendiosos e enfrentam desafios logísticos. (Mitrova & Corbeau, 2024)

Em segundo lugar, a Rússia não é o único país que procura capitalizar a crescente procura de energia da Ásia. Catar, Austrália e Estados Unidos são os principais concorrentes no mercado de GNL, oferecendo preços competitivos e contratos de fornecimento mais flexíveis. Embora a Rússia beneficie da sua proximidade geográfica com a China, enfrenta uma forte concorrência de outros produtores mundiais de energia. O Catar, em particular, pretende expandir a sua capacidade de produção de 77 milhões de toneladas por ano para 126 milhões de toneladas até 2027. (Foley, 2022) Enquanto isso, os EUA tornaram-se o maior exportador de GNL em 2023, ultrapassando o Catar e a Austrália, em grande parte devido ao aumento da produção da revolução do gás de xisto. (McHich & Liao, 2024)

A diversificação das importações de energia da Ásia tornou mais difícil para a Rússia dominar totalmente o mercado, embora continue a expandir a sua capacidade de GNL, especialmente por meio de projetos como o “Power of Siberia”.

Por último, também estão envolvidos riscos geopolíticos significativos. Embora a Rússia e a China tenham desenvolvido uma forte parceria energética, existem tensões subjacentes nas suas relações. A Rússia deve equilibrar cuidadosamente as suas exportações de energia entre a Europa e a Ásia, sem se tornar excessivamente dependente de um mercado único. A complexa dinâmica política na Ásia, incluindo disputas territoriais e “jogos de poder”, apresenta desafios adicionais para a estratégia energética de longo prazo da Rússia. (Mitrova & Corbeau, 2024)

3. Conclusão

O pivô da Rússia para a Ásia representa uma mudança estratégica na sua política energética, impulsionada tanto pela necessidade económica como pelas oportunidades de mercado a longo prazo. O lançamento do gasoduto “Power of Siberia” e o aprofundamento da parceria energética com a China são marcos fundamentais neste processo. No entanto, o sucesso da Rússia na diversificação das suas exportações de energia para a Ásia dependerá da sua capacidade para superar os desafios em matéria de infraestruturas, navegar pelos riscos geopolíticas e competir num mercado global da energia em rápida evolução. À medida que a Europa continua a reduzir a sua dependência da energia russa, a Ásia está pronta para se tornar a peça central da estratégia energética da Rússia nas próximas décadas.

Numa análise prospetiva, a estratégia energética da Rússia continuará a centrar-se no aprofundamento dos laços com os mercados asiáticos, em especial a China e a Índia. A conclusão bem-sucedida do gasoduto “Power of Siberia 2”, que está atualmente em negociação, pode cimentar ainda mais o papel da Rússia como um importante fornecedor de energia para a China. Ao mesmo tempo, a Rússia está a explorar novas oportunidades na Índia, que manifestou interesse em aumentar as suas importações de petróleo e gás russos.

A Estratégia Energética 2035 também enfatiza a importância de diversificar as exportações de energia da Rússia além do gás natural e do petróleo, com foco no desenvolvimento de infraestruturas de GNL e na exploração de novos mercados na região da Ásia-Pacífico. Contudo, a consecução destes objetivos exigirá investimentos significativos e a superação dos desafios acima descritos.

CAPÍTULO V

Desafios e Soluções

1. Introdução

A relação energética entre a União Europeia e a Rússia evoluiu significativamente ao longo das últimas décadas, desempenhando um papel central na definição tanto da dinâmica geopolítica como dos laços económicos. Com base neste facto, o presente capítulo pretende revistar a questão central da dissertação: “Qual é o impacto, papel e estado da energia na relação entre a UE e a Rússia?”.

Historicamente, a energia tem sido um fator-chave que impulsiona as interações económicas e políticas entre as duas entidades. A UE tem dependido fortemente da Rússia para obter recursos energéticos, particularmente petróleo e gás natural, enquanto a Rússia tem dependido da Europa como o seu maior e mais rentável mercado de exportação. No entanto, o cenário mudou drasticamente, especialmente nos últimos anos, após eventos como a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e a invasão da Ucrânia em 2022. Estes acontecimentos geopolíticos levaram a UE a reavaliar a sua dependência energética da Rússia, resultando em sanções e novas políticas energéticas destinadas à diversificação.

O objetivo deste capítulo é, portanto, explorar as principais mudanças na relação energética UE-Rússia, descrever os desafios que ambas as partes enfrentam e considerar cenários futuros com base no cenário energético em mudança. O capítulo analisará como os laços históricos de energia evoluíram para a relação complexa e tensa que existe hoje.

2. Evolução da relação energética UE-Rússia

A relação energética entre a UE e a Rússia remonta à época da Guerra Fria, quando a União Soviética se tornou um fornecedor crítico de petróleo e gás natural para a Europa Ocidental. Apesar da divisão ideológica, o comércio de energia entre os dois blocos registou um crescimento constante, com a Europa cada vez mais dependente dos combustíveis fósseis para alimentar o seu crescimento económico. Na década de 1990, após o colapso da União Soviética, a Rússia herdou as vastas reservas de energia e infraestruturas que abasteceram a Europa durante décadas. A Gazprom emergiu como o principal fornecedor de gás natural para os mercados europeus. (Balmaceda, 2013)

O período que se seguiu à dissolução da União Soviética assistiu a uma expansão dos laços energéticos entre a Rússia e a UE. No início dos anos 2000, o gás natural russo representava aproximadamente 40% das importações totais de gás da Europa. Durante algum tempo, esta interdependência mútua revelou-se benéfica para ambos os lados – a Rússia recebeu receitas de que necessitava para estabilizar a sua economia após o colapso da União Soviética, enquanto a UE desfrutava de acesso estável e, em comparação, acessível a recursos energéticos cruciais. (Boubou, 2023)

Porém, a dependência mútua estava repleta de riscos estratégicos. Notavelmente, os países europeus, especialmente os da Europa Ocidental, temiam que a Rússia pudesse usar suas exportações de energia como uma arma geopolítica. Em termos concretos, tanto a Polónia como os Estados Bálticos, manifestaram apreensivos com a sua dependência do gás russo, tornando-os vulneráveis a pressões e manipulações políticas. Por outro lado, a dependência da Rússia dos mercados europeus em termos de recursos financeiros tornou-a suscetível às flutuações da política energética europeia e da dinâmica de mercado. (Goldthau & Sitter, 2015)

As disputas de gás Rússia-Ucrânia de 2006 e 2009 – comumente referidas como as Guerras do Gás – expuseram as vulnerabilidades da dependência energética da Europa em relação à Rússia e destacaram os riscos geopolíticos da relação.

A situação agravou-se durante a crise do gás de 2009, que levou mais de uma dúzia de países da UE a serem afetados pela escassez de gás. Em resposta, José Manuel Durão Barroso, então Presidente da Comissão Europeia, classificou a situação como uma “crise grave” para a UE na época, e apelou a uma ação imediata para garantir a segurança energética da Europa. A crise de 2009 reforçou a perceção de que a Rússia estava disposta a utilizar as suas exportações de energia como arma geopolítica e levou os líderes da UE a reconsiderarem a sua dependência do gás russo. (Collins, 2017)

No rescaldo das Guerras do Gás, a UE tomou medidas significativas no sentido de garantir a segurança energética e a diversificação das suas fontes de energia. Entre elas conta-se a criação da União da Energia da UE, um quadro político destinado a reforçar a segurança energética, integrar o mercado europeu da energia e promover as energias renováveis. A União da Energia, lançada em 2015, visava reduzir a dependência da Europa da energia russa e desenvolver rotas energéticas alternativas, como as importações de gás natural liquefeito (GNL) dos Estados Unidos e do Catar. (European Commission, 2015)

As Guerras do Gás também aceleraram o investimento da UE em energias renováveis, com um foco crescente na energia eólica, solar e hídrica como alternativas aos combustíveis fósseis. Até 2020, as energias renováveis representaram 22% do consumo de energia da UE,

com o objetivo de atingir 32% até 2030. (European Union, 2023) A diversificação das fontes de energia tornou-se fulcral para a estratégia da UE destinada a reduzir a influência da Rússia no seu mercado da energia.

3. Mudanças nos últimos anos: antes e depois da invasão da Ucrânia

Tal como sugere a literatura de Relações Internacionais, as sanções económicas são uma ferramenta política implementada com o objetivo de influenciar as ações de política externa de outros países ou coagi-los a alcançar resultados que favoreçam o país que impõe as sanções. (SIVIŞ, 2019)

Apesar de serem frequentemente utilizadas como políticas, as sanções económicas nem sempre conseguem atingir os seus objetivos. As sanções ou medidas restritivas devem respeitar certas características, tais como a relação com um conjunto de normas e regras e com implicações negativas, simbólicas ou reais. (Doxey, 1983) A maioria dos estudos argumenta que as sanções económicas raramente atingem os seus objetivos, levantando questões sobre a sua implementação frequente, dada a sua fraca taxa de sucesso. (SIVIŞ, 2019)

Todavia, em 17 de março de 2014, um dia após o referendo na Crimeia, a UE emitiu um pacote de sanções que incluía restrições de viagem e congelamento de bens contra 21 funcionários envolvidos na anexação e movimentos separatistas no leste da Ucrânia. No mês seguinte, esta lista expandiu-se para incluir 36 funcionários adicionais e, em 2015, passou a incluir 155 indivíduos. (Gurvich & Prilepskiy, 2015; Gustafson, 2020)

Contudo, as sanções não se limitaram aos indivíduos; visaram igualmente domínios diplomáticos e relacionados com o comércio. Em julho de 2014, as conversações bilaterais entre a Rússia e a UE foram suspensas devido à anexação da Crimeia. (Luciani, 2015) No entanto, um golpe diplomático significativo já havia ocorrido em março de 2014, quando a Rússia foi expulsa do Grupo dos Oito (G8), que incluía Alemanha, França, Reino Unido e Itália — quatro dos Estados-membros mais poderosos da UE na época. (Podolian, 2015)

Estas sanções visavam pressionar a Rússia a retirar-se da Crimeia. Um comunicado de imprensa da UE de março de 2014 afirmava que «a UE [impôs] (...) proibições de viagens e congelamento de bens contra autoridades russas e ucranianas... até que a Rússia reverta as suas decisões»¹⁰ (Concelho da União Europeia, 2014).

¹⁰ Tradução livre da autora. Texto original: “the EU [has] imposed ... travel bans and asset freezes against Russian and Ukrainian officials ... until Russia reverses its decisions”.

Apesar destes esforços, as restrições não atingiram o objetivo pretendido. Por exemplo, em 2018, a Rússia ainda ocupava a Crimeia, apesar da renovação das sanções da UE por mais quatro anos, indicando pouco sucesso a curto prazo. (SIVIŞ, 2019) Além disso, a invasão russa da Ucrânia em 2022 demonstrou que as sanções da UE eram insuficientes para evitar a escalada de agressões do Kremlin. (Barron, 2022)

Embora a Rússia tenha continuado a ser o maior fornecedor de energia da Europa, e o comércio de energia entre os dois países continuou praticamente ininterrupto, as sanções impediram que alguns grandes projetos de energia avançassem, como *joint ventures* entre empresas de energia europeias e russas. (Henderson & Mitrova, 2020) É o caso do ambicioso gasoduto Nord Stream 2, que se destinava a fornecer gás adicional diretamente da Rússia à Alemanha, tornou-se altamente controverso. Enquanto o governo alemão, liderado por Angela Merkel, sustentava que o gasoduto era puramente um projeto económico, os críticos argumentavam que ele aprofundaria a dependência da Europa do gás russo e ampliaria o papel da Rússia na região. (Aslund, 2021)

Estes fatores levaram a UE a aprofundar a sua aposta na diversificação das suas fontes de energia. O desenvolvimento das energias renováveis e a expansão da infraestrutura de GNL tornaram-se pilares fundamentais da política energética europeia. Além disso, a UE procurou estabelecer laços energéticos mais fortes com outros fornecedores, como Noruega, Azerbaijão, e Estados Unidos, investindo simultaneamente em novas tecnologias energéticas para reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis russos.

A invasão russa da Ucrânia em 2022 estremeceu ainda mais a relação energética UE-Rússia. Em resposta à invasão, a UE introduziu as suas sanções mais rigorosas até à data, incluindo o compromisso de eliminar gradualmente as importações russas de petróleo e gás até ao final de 2023. Esta é uma nova era na política energética da Europa: paralelamente à aceleração da transição para as energias renováveis, a UE procura diversificar as fontes alternativas de combustíveis fósseis para substituir as importações russas. (European Parliament, 2023)

Como podemos observar no seguinte gráfico, no terceiro trimestre de 2023, o produto interno bruto (PIB) real da Rússia cresceu 5,5% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A queda do PIB registada entre o segundo trimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023 esteve relacionada com as sanções impostas à Rússia. (Statista Research Department, 2024)

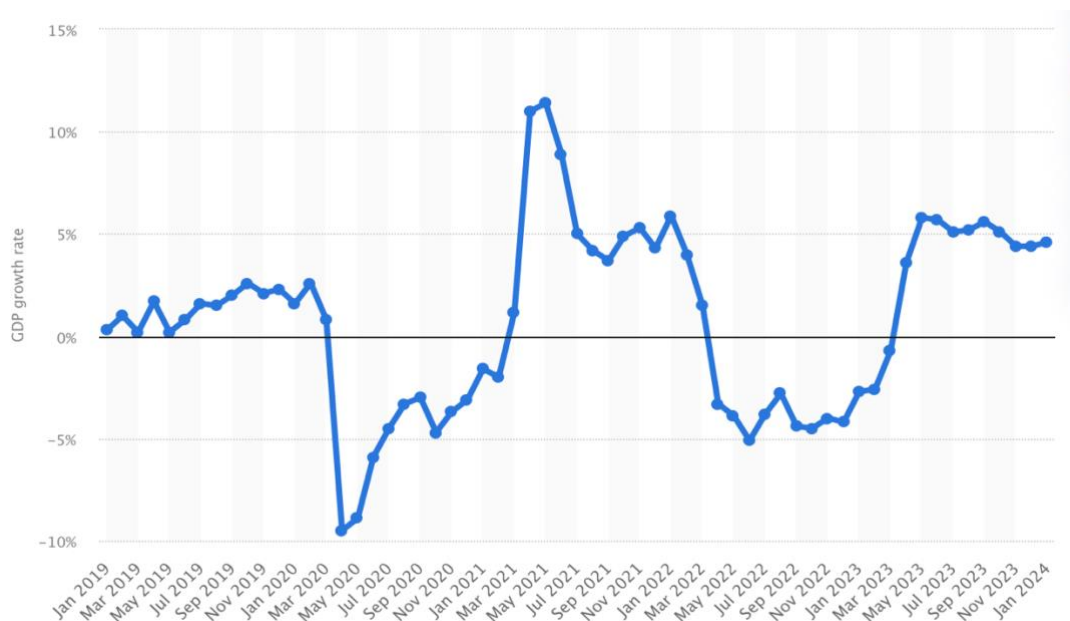


Fig. 5 - Taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) na Rússia mensalmente 2019-2024

Embora, por várias razões, a situação no mercado energético fosse precária antes da invasão, de acordo com Popkostova (2023) ela se deteriorou dramaticamente desde então - paradoxalmente destacando a importância (duradoura) dos hidracobonetos para as economias e sociedades. Ainda no outono de 2021, os decisores políticos, seja a nível da UE como estatal, foram instados a estabilizar o mercado de energia. Porém, alguns especialistas descartaram as interrupções do outono de 2021 como permanentes, desencorajando a adoção de medidas drásticas.

Isso levou ao *gaslighting* público e político, onde os apelos por cautela e testes de stress agressivos do sistema foram ignorados. (Popkostova, 2023)

4. Reavaliação da dependência

Em 2022, a dependência do gás russo em relação à UE diminuiu drasticamente. Por exemplo, apenas 12% das importações de gás da UE provêm do gás natural russo em 2023, em comparação com 29% aquando da invasão. A Europa passou a depender das importações de GNL e das fontes de energia renováveis; por conseguinte, reduzindo a dependência do gás canalizado. A recaracterização da dependência energética assinala uma mudança do paradigma na abordagem da União Europeia à segurança energética, em que a diversificação e a sustentabilidade se tornam princípios fundamentais do seu quadro político.

A União Europeia tornou-se um interveniente mais sólido no setor da energia, com políticas que aumentam a sua dependência energética. A tónica passou a centrar-se no desenvolvimento de um mercado energético interligado e diversificado, baseado em recursos de energia renovável. No âmbito do Green Deal, a Europa está empenhada em tornar-se neutra em termos climáticos até 2050 – um objetivo que, no futuro, tornará a importação de combustíveis fósseis, incluindo gás russo, consideravelmente menos significativa em comparação com o seu papel histórico na dinâmica do aprovisionamento energético russo. (European Parliament, 2023)

Por sua vez, a Rússia teve consequências de longo alcance devido à perda do seu principal mercado energético. Uma parte considerável das receitas provenientes das exportações de energia para a Europa eram um dos principais motores das receitas que sustentavam as despesas militares. Devido a isso, a Rússia muda o seu foco para os mercados asiáticos. A China e a Índia tornaram-se rapidamente os principais importadores de petróleo e gás russos. Porém, este pivô não está isento de desafios, uma vez que são necessárias novas infraestruturas e contratos de longo prazo para explorar plenamente estes mercados. (Yermakov & Mitrova, 2019)

5. Preocupações e desafios dos atores

Individualmente, a UE enfrenta vários desafios para manter a segurança energética sem importações russas. Estes incluem os elevados custos do GNL, a necessidade de mais investimentos em energias renováveis e a garantia de acessibilidade dos preços da energia para os cidadãos. A superação das divisões internas da UE é necessária na medida em que a capacidade dos Estados-membros para fornecer fontes de energia alternativas difere, e o grau do seu compromisso com a redução dos combustíveis fósseis também varia.

Em contrapartida, o setor energético da Rússia, situa-se num limiar interessante. Embora Moscovo tenha tentado deslocar as suas exportações de energia para a Ásia, especialmente para a China, essa transição tem sido mais lenta e menos lucrativa do que o esperado. Além disso, as sanções restringiram o acesso da Rússia à tecnologia ocidental, dificultando o desenvolvimento de novos campos de petróleo e gás, especialmente no Ártico. (Gustafson, 2020)

Vários cenários possíveis poderão definir o futuro das relações UE-Rússia no domínio da energia. Um dos cenários é uma dissociação completa entre a Europa e a energia russa, continuando a UE a desenvolver a sua capacidade em matéria de energias renováveis e a

reforçar os laços com fornecedores alternativos. Esta seria uma das mudanças mais dramáticas do atual cenário do mercado global de energia e provavelmente enfraqueceria a influência geopolítica da Rússia na Europa. O tal poder geoeconómico, do qual a Rússia desfrutava, enfraqueceria como resultado da redução da procura da Europa por recursos naturais. (Wigell & Vihma, 2016)

Contudo, outro cenário possível é que pressões económicas possam eventualmente levar a uma normalização das relações energéticas entre a UE e a Rússia. Embora seja improvável que as atuais sanções sejam levantadas a curto prazo, existe certamente um forte incentivo económico para que qualquer uma das partes mantenha o comércio de energia. Neste cenário, uma potencial reconciliação poderia envolver novos termos de cooperação, com a Europa a reduzir a sua dependência global da energia russa, mas ainda a depender do gás e do petróleo russos para uma parte das suas necessidades energéticas.

Finalmente, o terceiro cenário possível é uma reformulação completa do sistema energético mundial que antecipa um futuro em que as fontes de energia renováveis e os avanços tecnológicos tornam os paradigmas convencionais dos combustíveis fósseis ultrapassados, transformando assim significativamente as interações energéticas entre a UE e a Rússia. A dedicação da UE à descarbonização, exemplificada por esforços como o Green Deal e o REPowerEU, está a acelerar a integração de formas de energia renovável. Com os avanços nas tecnologias de armazenamento de energia e de rede, a UE poderá atingir a autossuficiência energética e reduzir a dependência de fornecedores externos de combustíveis fósseis, em especial a Rússia.¹¹

Isto apresenta um enorme desafio para a Rússia. Uma economia dependente de exportações de petróleo e gás, confrontada com uma queda da procura por parte da Europa em busca de outros mercados, principalmente da Ásia, enquanto o resto do mundo está à procura de fontes alternativas, pode não compensar todas as perdas económicas, pelo menos enquanto as tecnologias renováveis substituem cada vez mais recursos de combustíveis fósseis. A esse respeito, o equilíbrio de poder na geopolítica energética muda de fornecedores tradicionais como a Rússia para os fornecedores de energia renovável e as tecnologias relevantes na era da transição energética, marcando um importante reordenamento das relações internacionais de energia.

Em conclusão, ao longo das últimas décadas, a relação energética da UE e da Rússia sofreu alterações significativas. Se no início a energia era o chamado “estabilizador” desta

¹¹ Entrevista anónima do autor. (10 de setembro de 2024)

relação, com as recentes mudanças geopolíticas é hoje uma das fontes de tensão e imprevisibilidade. À medida que a UE continua a diversificar as suas fontes de energia e a fazer a transição para as energias renováveis, as perspectivas futuras da Rússia como fornecedor principal de energia da Europa permanecem em dúvida.

Boubou (2023) acredita que, embora a Europa tenha alcançado melhorias notáveis na redução da sua dependência do gás russo, são na verdade as implicações financeiras para a diversificação energética e as instabilidades associadas aos investimentos em energias renováveis que continuam a ser os maiores desafios.

Para a Rússia, porém, trata-se de uma questão muito diferente: abandonar a UE como principal mercado energético implica que a Rússia tem de encontrar novos clientes muito mais rapidamente do que antes, mas isso exige investimentos muito pesados em infraestruturas e, ao mesmo tempo, a opção de penetrar em mercados especialmente complicados, como a Ásia, caracterizada por preços relativamente baixos, com a concorrência feroz de outros vendedores, como o Catar e os Estados Unidos. (Boubou, 2023)

Conclusão

A presente dissertação explorou amplamente a dinâmica energética em desenvolvimento entre a UE e a Rússia, tendo como base a seguinte questão-chave de investigação: “Qual o impacto, o papel e a situação da energia na relação da UE com a Rússia?”. Ao examinar a dinâmica histórica da interdependência, os fundamentos teóricos das abordagens neoliberal e realista e o impacto transformador dos recentes acontecimentos geopolíticos, o estudo realça a centralidade da energia na formação das estruturas de poder globais.

Portanto, a tese revela como a dependência inicial da UE dos combustíveis fósseis russos criou uma interdependência complexa, em que a energia era simultaneamente uma base para a cooperação económica e uma potencial arma de influência geopolítica. Investigadores como Wigell e Vihma, em 2016, enfatizaram essa dualidade, referindo que a política energética da Rússia está ligada às suas ambições geopolíticas gerais.

Na mesma linha, Patrahau (2023) enfatiza que o caminho neoliberal da UE se limitou à liberalização do mercado e subestimou os riscos de dependência excessiva de um fornecedor altamente suscetível politicamente.

Esta mesma percepção, catalisada por acontecimentos como as Guerras do Gás de 2006-2009 e a invasão da Ucrânia em 2022, acelerou uma reorientação muito básica da política energética da UE.

A presente tese sublinha também a transformação fulcral das políticas energéticas da UE de um paradigma neoliberal para um paradigma realista. Autores como Siddi (2022), argumentam que a orientação inicial para mercados liberalizados e interdependência dentro do quadro neoliberal apresentou uma oportunidade de ganho coletivo. No entanto, a invasão da Ucrânia e as anteriores crises de abastecimento revelaram a fragilidade deste modelo, levando a UE a dar prioridade à segurança energética, à diversificação e à intervenção do Estado.

Esta mudança de abordagem é muito visível nas estratégias da UE pós-2014, incluindo a chamada União da Energia, que visava melhorar as infraestruturas energéticas, reduzir a dependência do gás russo e integrar os mercados energéticos dos Estados-Membros. O plano REPowerEU, lançado em resposta à crise de 2022, mostra o compromisso da UE com a diversificação. De acordo com Boubou (2023), o movimento não só acelerou o investimento em energia renovável, mas também aumentou as importações de GNL de uma variedade de fornecedores, como Estados Unidos, Catar e Noruega.

O papel mais importante desempenhado pelo GNL – uma fonte de energia flexível e alternativa em geral – é uma demonstração da adaptabilidade da UE, com um caminho para uma menor dependência dos gasodutos dominados pela influência russa.

Historicamente, os recursos energéticos têm desempenhado um papel fundamental no contexto económico e geopolítico da Federação Russa. De acordo com Mitrova e Yermakov (2019), as receitas das exportações de petróleo e gás formaram convencionalmente a maior parte do orçamento federal russo, o que sublinha a importância dos mercados europeus. Porém, a presente tese demonstra que as ações da Rússia – particularmente as suas medidas geopolíticas agressivas – menosprezaram a sua própria posição.

Esta regressão reflete-se bem no fracasso do Nord Stream 2 após os acontecimentos de 2022. Concebida para contornar estados de trânsito, como a Ucrânia e a Polónia, a Nord Stream 2 era uma componente essencial da estratégia russa para manter o domínio sobre os mercados energéticos europeus. Contudo, como Siddi (2022) e outros argumentam, as sanções decisivas da UE e os esforços de diversificação deixaram a Rússia a lutar para encontrar compradores alternativos para as suas exportações de energia. Projetos como o gasoduto Power of Siberia para a China representam uma viragem para os mercados asiáticos, mas, como referem Wigell e Vihma (2016), estes mercados são mais competitivos e menos rentáveis do que a Europa, o que limita a capacidade da Rússia para sustentar a sua economia orientada para a energia.

Um dos primeiros tópicos abordados na tese é a crescente dependência da UE de alternativas como o GNL e as energias renováveis. Autores como Costa Silva (2017) e Boubou (2023) sustentam a relevância estratégica do GNL, uma vez que o seu aprovisionamento global é flexível e reduz a dependência dos gasodutos russos. De facto, ao expandir a capacidade de importação de GNL e ao celebrar contratos com fornecedores como os EUA e o Catar, a UE demonstrou a sua capacidade de adaptação às perturbações do aprovisionamento.

Embora a política de energias renováveis possa ser muito estratégica e de longo prazo para a segurança energética combinada com a sustentabilidade ambiental, as tecnologias de energia renovável – eólica, solar e hidrogénio verde – também serão essenciais para os objetivos de descarbonização da UE destacados no Pacto Ecológico Europeu. Apesar disso, existem alguns desafios nesta transição.

A necessidade de materiais críticos como os metais de terras raras em grande parte governados por outras entidades globais dominantes, como a China, introduz um novo tipo de dependência que a União Europeia deve gerir com cautela.

Para além da dinâmica imediata das relações UE-Rússia, a tese situa a sua análise no contexto mais vasto das transições energéticas globais. Autores como Wigell e Viham (2016)

argumentam que a mudança para as energias renováveis e a descarbonização alterará fundamentalmente o cenário geopolítico, reduzindo a influência de Estados dependentes de combustíveis fósseis como a Rússia.

Para a UE, esta transição apresenta uma oportunidade para dissociar a política energética das dependências externas, mas também exige investimentos significativos em infraestruturas, inovação e cooperação internacional.

Para a Rússia, o declínio global da procura de combustíveis fósseis representa uma ameaça existencial. Como observam Mitrova e Yermakov (2019), a dependência excessiva da Rússia das receitas do petróleo e do gás deixa-a mal preparada para um mundo onde as energias renováveis serão dominantes. A tese argumenta que, sem uma diversificação económica substancial e inovação tecnológica, a Rússia corre o risco de perder o seu estatuto de superpotência energética.

A dissertação identifica vários desafios que envolvem ambas as partes: para a União Europeia, a segurança energética com políticas ambiciosas de descarbonização é difícil de equilibrar. Por mais que os investimentos de GNL e fontes de energia renováveis andem de mãos dadas com os esforços para resolver vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos e custo-benefício para os consumidores, o pivô da Rússia para a Rússia envolve desafios económicos e logísticos consideráveis na competição com fornecedores estabelecidos, como o Catar e a Austrália, no mercado de GNL.

Numa perspetiva de futuro, a tese traça três cenários potenciais para as relações UE-Rússia no domínio da energia:

1. Maior dissociação impulsionada pela geopolítica e pela transição energética global.
2. Reconciliação parcial quando o pragmatismo económico assegura uma “cooperação condicionada” em determinados domínios.
3. Reformulação completa do sistema energético mundial, em que as fontes de energia e as tecnologias renováveis tornam obsoletos os conceitos energéticos convencionais.

O trabalho sublinha várias conclusões essenciais. Em primeiro lugar, a energia transcende o seu papel de mera mercadoria, funcionando como um instrumento estratégico que pode influenciar a dinâmica geopolítica. Como demonstrado por vários autores, Collins (2017) e Wigell e Vihma (2016), a instrumentalização da energia por estados como a Rússia destaca a necessidade crítica de resiliência e diversificação dentro dos marcos da política energética. Além disso, as crises exemplificadas pela invasão da Ucrânia atuam como motores de

transformação, obrigando entidades como a UE a reconhecer as vulnerabilidades existentes e a implementar estratégias mais assertivas.

Por último, a transição energética é um processo global, que ameaça e apresenta oportunidades. A situação representa uma oportunidade para a UE alcançar finalmente a independência energética e tornar as suas políticas coerentes com a evolução climática, ao passo que, para a Rússia, será necessário um ajustamento sério do modelo económico, que ainda está muito dependente das exportações de combustíveis fósseis.

A energia constitui um dos aspetos críticos das relações entre a UE e a Rússia e tornou-se simultaneamente um motor da sua interdependência e uma fonte de tensão. Com base numa revisão histórica, teórica e prática da relação, o trabalho contribui para uma compreensão mais aprofundada em como a política energética, a geopolítica e os interesses económicos se cruzam para moldar as relações de poder globais.

À medida que o mundo transita para um futuro energético mais sustentável, as lições retiradas das relações UE-Rússia são cada vez mais relevantes. Este realça a necessidade de resiliência, adaptabilidade e previsão estratégica para enfrentar os desafios gêmeos da segurança energética e da sustentabilidade. As conclusões desta fornecem informações valiosas não só para os decisores políticos da UE e da Rússia, mas também para um público global que se debate com as implicações de um panorama energético em rápida mutação.

Bibliografia

- Andersen, S. S., & Sitter, N. (2019). The EU's Strategy Towards External Gas Suppliers and Their Responses: Norway, Russia, Algeria and LNG. In J. M. Godzimirski, *New Political Economy of Energy in Europe: Power to Project, Power to Adapt* (pp. 49-69). Palgrave Macmillan.
- Arinaitwe, P. (2014, August 25). *Treaty of Lisbon; Advancing European Union's Energy Security through External Energy Policy*. Retrieved from SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2486491
- Aslun, A. (2021). *What will the impact be if Nord Stream 2 is completed*. Atlantic Council.
- Aslund, A. (2021, April 27). *What will the impact be if Nord Stream 2 is completed?* Retrieved from Atlantic Council: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/what-will-the-impact-be-if-nord-stream-2-is-completed/>
- Balmaceda, M. M. (2013). *Politics of Energy Dependency: Ukraine, Belarus, and Lithuania between Domestic Oligarchs and Russian Pressure*. University of Toronto Press.
- Baran, Z. (2007, January). EU Energy Security: Time to End Russian Leverage. *The Washington Quarterly*, 30(4), pp. 131-144.
- Barnett, M., & Duvall, R. (2005). Power in International Politics. *International Organization*, 39-75.
- Barron, K. (2022). The Annexation of Crimea and EU Sanctions: An Ineffective Response. *The Arbutus Review*, 120-131.
- Bhattacharyya, S. C. (2019). *Energy Economics: Concepts, Issues, Markets and Governance*. Springer.
- Boubou, H. (2023). The Implication of the Russian Invasion of Ukraine on the European Energy Supply. *The Annals of the University of Oradea, Economic Sciences TOM XXXII, 2nd Issue*, 178-188.
- Bundesnetzagentur. (2021). *Monitoring Report 2021*. Retrieved from <https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Publikation/EN/Berichte/Energie-Monitoring-2021.html>
- Campos, A., & Fernandes, C. P. (2017). The Geopolitics of Energy. In C. P. Fernandes, & T. F. Rodrigues, *Geopolitics of Energy and Energy Security*. Lisbon: Instituto da Defesa Nacional.
- Campos, A., & Fernandes, C. P. (2017). The Geopolitics of Energy. *IDN: Geopolitics of Energy and Energy Security*, 23-40.

- Casier, T. (2011). The Rise of Energy to the Top of the EU-Russia Agenda: From Interdependence to Dependence? *Geopolitics*, 16(3), 536-552.
- CEIC. (n.d.). *Norway Natural Gas: Exports*. Retrieved from CEIC: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/norway/natural-gas-exports>
- Cherp, A., & Jewell, J. (2014). The concept of energy security: Beyond the four As. *Energy Policy*, 75, 415-421.
- Colgan, J. D. (2013). *Petro-Aggression: When Oil Causes War*. Cambridge University Press.
- Collins, G. (2017, July 18). *Russia's Use of the "Energy Weapon" in Europe (Issue Brief)*. Rice University's Baker Institute for Public Policy.
- Concelho da União Europeia. (2014). *EU sanctions against Russia over Ukraine crisis*. Retrieved from European Union Newsroom: https://web.archive.org/web/20150611143544/http://europa.eu/newsroom/highlights/special-coverage/eu_sanctions/index_en.htm
- Conselho Europeu; Conselho da União Europeia. (n.d.). *De onde vem o gás da UE?* Retrieved from <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-gas-supply/>
- Correia, P. d. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, 229-246.
- Costa Silva, A. (2017). Energy: From Geopolitics to Security. In C. P. Fernandes, & T. F. Rodrigues, *Geopolitics of Energy and Energy Security* (pp. 49-60). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Council of the European Union. (2004, 04 26). *Council Directive 2004/67/EC of 26 April 2004 concerning measures to safeguard security of natural gas supply (Text with EEA relevance)*. Retrieved from <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/58b09dc7-518e-4c45-9cc5-73772b838145/language-en/format-PDF/source-324250139>
- Council of the European Union. (2006a, fevereiro 13). *New Energy Policy - Preparation of a contribution of the Energy Ministers to the 2006 Spring European Council*. Retrieved from <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6143-2006-INIT/en/pdf>
- Council of the European Union. (2006b, fevereiro 03). *New Energy Policy Comments on 5401/06 of 16 January 2006 'A new Energy policy for Europe'*. (P. Delegation, Ed.) Retrieved from <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5977-2006-INIT/en/pdf>
- Council of The European Union. (2006c, fevereiro 06). *New Energy Policy. Preparation of a contribution of the Energy Ministers to the 2006 Spring European Council*. Retrieved from <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5814-2006-INIT/en/pdf>

- Council of the European Union. (2007, dezembro 17). *The Lisbon Treaty*.
- Council of the European Union. (2007, maio 2). *Brussels European Council – 8/9 March. Presidency Conclusions*. Retrieved from <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7224-2007-REV-1/en/pdf>
- Council of the European Union. (2024, março 21). *Where does the EU's gas come from?* Retrieved from Consilium: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/eu-gas-supply/>
- Deutsche Welle. (2019). *Russia, China launch giant pipeline project: Power of Siberia*. Retrieved from <https://www.dw.com/en/russia-china-launch-gas-pipeline-power-of-siberia/a-51500187>
- Doxey, M. (1983). International Sanctions in Theory and Practice. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 273-288.
- Dragneva, R., & Wolczuk, K. (2014). The EU-Ukraine Association Agreement and the Challenges of Inter-Regionalism. *Review of Central and East European Law*, 213-244.
- Energy Community. (2005). *The Energy Community Treaty*. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/the-energy-community-treaty.html>
- European Commission. (2005, dezembro 07). *Interim report on the follow up to the informal meeting of Heads of State and Government at Hampton Court*. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0645:FIN:EN:PDF>
- European Commission. (2006). *Communication from the Commission to the European Council. External Energy Relations – from Principles to Action*. Retrieved 01 2024, from Commission of the European communities: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A52006DC0590>
- European Commission. (2007, janeiro). *An Energy Policy for Europe*. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/an-energy-policy-for-europe.html>
- European Commission. (2008, novembro 13). *Second Strategic Energy Review: An EU Energy and Solidarity Plan. COM(2008) 781 Final*. Retrieved from <http://aei.pitt.edu/39567/>
- European Commission. (2011, setembro 07). *On Security of Energy Supply and International Cooperation—The EU Energy Policy: Engaging with Partners Beyond Our Borders. COM(2011) 539 Final*. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/security-of-energy-supply-in-the-eu-and-international-cooperation.html?fromSummary=18>
- European Commission. (2014). *European Energy Security Strategy*.

- European Commission. (2015). *Energy Union: Secure, Competitive and Sustainable Energy for Europe*. Retrieved from https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-strategy/energy-union_en
- European Commission. (2017). *Security of Gas Supply Regulation*. Retrieved from https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/security-gas-supply_en#solidarity-arrangements
- European Commission. (2019). *The European Green Deal: Striving to be the first climate-neutral continent*. Retrieved from https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en
- European Commission. (2020). *A Renovation Wave for Europe: Greening Our Buildings, Creating Jobs, Improving Lives*. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1603122220757&uri=CELEX:52020DC0662>
- European Commission. (2020). *EU energy security strategy*.
- European Commission. (2022, March 8). *REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy*. Retrieved from European Commission: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1511
- European Commission. (2022). *REPowerEU: Joint European Action for more affordable, secure and sustainable energy*. Retrieved from https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1511
- European Commission. (2022a, março 3). *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE EUROPEAN COUNCIL, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS REPowerEU: Joint European Action for more affordable, secure and sustainable energ*. Retrieved from EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2022%3A108%3AFIN>
- European Commission. (2022b, junho 03). *Russia's war on Ukraine: EU adopts sixth package of sanctions against Russia*. Retrieved from https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_2802
- European Commission. (n.d.). *Diversification of gas supply sources and routes*. Retrieved from https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/diversification-gas-supply-sources-and-routes_en?prefLang=pt
- European Parliament. (2000). *Common Strategy on Russia*. Retrieved from eur-lex.europa.de: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52000IP0363>

- European Parliament. (2023). *EU energy solidarity: Ensuring secure and affordable energy for EU citizens*. Retrieved from European Parliamentary Research Service: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/753943/EPRS_BRI\(2023\)753943_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/753943/EPRS_BRI(2023)753943_EN.pdf)
- European Union. (2012). *Consolidated Version of the Treaty on the Functioning of the European Union*. Retrieved from Official Journal of the European Union: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12012E194>
- European Union. (2014). *Association Agreement between the European Union and Ukraine*. Retrieved from Official Journal of the European Union, L 161/3: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0529\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0529(01))
- European Union. (2023). *Directive (EU) 2023/2413 of the European Parliament and of the Council of 4 October 2023 on common rules for the internal markets in renewable and natural gases and in hydrogen*. Retrieved from EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32023L2413&qid=1699364355105>
- Eurostat. (2024, abril 10). Imports of natural gas by partner country.
- Foley, A. (2022, March 15). *Q&A: The impact of the Russia-Ukraine crisis on global LNG*. Retrieved from Independent Commodity Intelligence Services: <https://www.icis.com/explore/resources/news/2022/03/15/10743818/q-amp-a-the-impact-of-the-russia-ukraine-crisis-on-global-lng/>
- Gökgöz, F., & Güvercin, M. T. (2018). Energy security and renewable energy efficiency in EU. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 96, 226-239.
- Gold, F., & Conant, M. A. (1978). *The Geopolitics of Energy*. New York: Routledge.
- Goldthau, A., & Sitter, N. (2015). *A Liberal Actor in a Realist World: The European Union Regulatory State and the Global Political Economy of Energy*. Oxford University Press.
- Goldthau, A., & Sitter, N. (2018). Regulatory or Market Power Europe? EU Leadership Models for International Energy Governance. In J. M. Godzimirski, *New Political Economy of Energy in Europe* (pp. 27-47).
- Graaf, T. V. (2013). *The politics and institutions of global energy governance*. Palgrave Macmillan.
- Gurvich, E., & Prilepskiy, I. (2015). The impact of financial sanctions on the Russian economy. *Russian Journal of Economics*, 359-385.
- Gustafson, T. (2020). *The Bridge: Natural Gas in a Redivided Europe*. Harvard University Press.

- Henderson, J., & Mitrova, T. (2020). Implications of the Global Energy Transition on Russia. In *Russian Energy Strategy in the European Union, the Former Soviet Union Region, and China* (pp. 71-100). Springer.
- International Energy Agency. (2020). *Germany 2020 Energy Policy Review*.
- International Energy Agency. (2022). *A 10-Point Plan to Reduce the European Union's Reliance on Russian Natural Gas*.
- International Energy Agency. (n.d.). *Glossary*. Retrieved from International Energy Agency: <https://www.iea.org/glossary#energy-security>
- International Renewable Energy Agency. (2016). *Renewable energy benefits: Measuring the economics*.
- Keohane, R., & Nye, J. (1977). *Power and Interdependence*.
- Klare, M. T. (2008). *Rising powers, shrinking planet: The new geopolitics of energy*. Metropolitan Books.
- Konstadinides, T. (2011). *Civil Protection in Europe and the Lisbon 'solidarity clause': A genuine legal concept or a paper exercise*. Retrieved from Uppsala Universitet: <https://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:413624/FULLTEXT01.pdf>
- Koranyi, D. (2016, October 06). *The strategic role of the US in European energy security*. Retrieved from <https://www.nature.com/articles/nenergy2016160>
- Kuzemko, C., & Hadfield, A. (2016). Defining and Projecting EU Energy Policy. *EU Leadership in Energy and Environmental Governance*, 21-50.
- Lovins, A. (2011). *Reinventing Fire: Bold Business Solutions for the New Energy Era*. Chelsea Green Publishing.
- Lucas, E. (2014). *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West*. Palgrave Macmillan.
- Luciani, G. (2015). EU-Russia Gas Blues. *Journal of International Affairs*, 19-33.
- Lutsevych, O. (2016). *Agents of the Russian World: Proxy Groups in the Contested Neighbourhood*. Retrieved from Semantic .
- Maltby, T. (2013). European Union energy policy integration: A case of European Commission policy entrepreneurship and increasing supranationalism. *Energy Policy*, 435-444.
- Marques, A. C., Fuinhas, J. A., & Pires Manso, J. (2010). Motivations driving renewable energy in European countries: A panel data approach. *Energy Policy*, 38(11), 6877-6885.
- Mata Pérez, M., Scholten, D., & Smith Stegen, K. (2019). The multi-speed energy transition in Europe: Opportunities and challenges for EU energy security. *Energy Strategy Reviews*, 26, 100415.

- McHich, A., & Liao, C. (2024). *Asia's Growing Appetite for LNG*. Retrieved from CME Group: <https://www.cmegroup.com/openmarkets/energy/2024/Asias-Growing-Appetite-for-LNG.html>
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Norton.
- Mitrova, T., & Corbeau, A.-S. (2024). *Russia's Gas Export Strategy: Adapting to the New Reality*. Retrieved from Center on Global Energy Policy, Columbia University: <https://www.energypolicy.columbia.edu/publications/russias-gas-export-strategy-adapting-to-the-new-reality/>
- Nastos, G. (2022). European Union's Energy Security in the Aftermath of Russia's War in Ukraine: From Dependence to Independence. *HAPSc Policy Briefs Series*, 3(2), 153-160.
- Natorski, M., & Herranz-Surrallés, A. (2008). Securitizing Moves To Nowhere? The Framing of the European Union's Energy Policy. *Journal of Contemporary European Research*, 71-89.
- Patrahau, I. (2023). Emerging from the war in Ukraine into a secure energy transition. *Journal of International Affairs*, 121-130.
- Piebalgs, A. (2006, June 26). *Challenges and perspectives of the EU energy policy*. (Speech/06/285, Producer) Retrieved from https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_06_285
- Pirani, S. (2018). *Let's not exaggerate: Southern Gas Corridor: prospects to 2030*. Oxford Institute for Energy Studies.
- Podolian, O. (2015). The 2014 Referendum in Crimea. *East European Quarterly*, 111-128.
- Popkostova, Y. (2023). The Power Shift: The impact of the low-carbon transition on the oil and gas economy. *Chaillot Papers*.
- Proedrou, F. (2007). The EU–Russia Energy Approach under the Prism of Interdependence. *European Security*, 16(3-4), 329-355.
- Proedrou, F. (2012). *EU Energy Security in the Gas Sector: Evolving Dynamics, Policy Dilemmas and Prospects*. Ashgate.
- Przetacznik, J., & Tothova, L. (2022, fevereiro). *EU-Ukraine relations and the security situation in the country*. Retrieved from European Parliamentary Research Service: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698907/EPRS_BRI\(2022\)698907_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698907/EPRS_BRI(2022)698907_EN.pdf)
- Reuters. (2014, May 09). *Don't cry for the Nabucco pipeline*. Retrieved from Reuters: <https://www.reuters.com/article/idUS232853865520140501/>

- Riley, A. (2008). *"Nordstream: An Economic and Market Analysis of the North European Pipeline Project"*. Retrieved from European Commission: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/peti20080129_economicanalysisriley_/PETI20080129_EconomicAnalysisRiley_en.pdf
- Shaffer, B. (2009). *Energy Policy*. University of Pennsylvania Press.
- Siddi, M. (2018). The Role of Power in EU–Russia Energy Relations: The Interplay between Markets and Geopolitics. *Europe-Asia Studies*, 70(10), 1552-1571.
- Siddi, M. (2020). EU-Russia Energy Relations. In M. Knodt, & J. Kemmerzell, *Handbook of Energy Governance in Europe*. Springer Cham.
- Siddi, M. (2020). *The European Green Deal: Assessing its Current State and Future Implementation*. Retrieved from Finnish Institute of International Affairs, FIIA Working Paper 114: <https://www.fia.fi/en/publication/the-european-green-deal>
- Silva, A. C. (2017). Energy: From Geopolitics to Security. *IDN: Geopolitics of Energy*, 49-60.
- SIVIŞ, E. (2019). The Crimean annexation crisis and its economic consequences: EU sanctions, U.S. sanctions and impacts on the Russian economy. *Marmara Journal of European Studies*, 53-79.
- Smith, C. D. (2017). *Palestine and the Arab–Israeli Conflict: A History with Documents*. Bedford Books.
- Smith, W. D. (1980). Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum. *German Studies Review*, 51-68.
- Sousa, R. (2019). Teoria das Relações Internacionais I: Neo-realismos ou realismo estrutural - Realismo defensivo e ofensivo [PowerPoint slides]. Lisboa.
- Sovacool, B. K. (2011). *Contesting the Future of Nuclear Power: A Critical Global Assessment of Atomic Energy*.
- Statista Research Department. (2024). *Year-over-year gross domestic product (GDP) growth rate in Russia from January 2019 to January 2024*.
- Statista. (n.d.). *Energy import dependency in Europe - statistics & facts*. Retrieved from <https://www.statista.com/topics/9165/energy-import-dependency-in-europe/#topicOverview>
- Stefanova, B. (2012). European Strategies for Energy Security in the Natural Gas Market. *Journal of Strategic Security*, 51-68.
- Stegen, K. S. (2011). Deconstructing the “energy weapon”: Russia’s threat to Europe as case study. *Energy Policy*, 30(10), 6505-6513.

- Stent, A. (2008). An energy super power? Russia and Europe. In K. M. Campbell, & J. Price, *The Global Politics of Energy* (pp. 76-96). Washington, DC: The Aspen Institute.
- Teipelke, R. (2010). *The Russian-Ukrainian Gas Dispute in 2005/2006*. GRIN Verlag.
- United Nations Development Programme (UNDP). (2000). *World energy assessment: Energy and the challenge of sustainability*. UNDP.
- Van de Beukel, J., & Van Geuns, L. (2022). *Russia's Unsustainable Business Model: The impact of Fossil Fuel Dependency on its Economy and Future*. The Hague Center for Strategic Studies (HCSS).
- Van der Loo, G., Van Elsuwege, P., & Petrov, R. (2014). The EU-Ukraine Association Agreement: Assessment of an Innovative Legal Instrument. *EUI Department of Law Research Paper*. Retrieved from SSRN.
- Verda, M. (2016). The Foreign Dimension of EU Energy Policy: The Case of the Southern Gas Corridor. *EU Leadership in Energy and Environmental Governance*, 69-86.
- Watt, L., & Isachenkov, V. (2014, May 21). *China signs 30-year deal for Russian natural gas*. Retrieved from The Associated Press: <https://apnews.com/general-news-5bc0bb6c29f64349bec168d29fbe7fe7>
- Widdershoven, C. (2022, novembro 22). *Can North African Gas Fill The Gap In Europe?* Retrieved from OilPrice.com: <https://oilprice.com/Energy/Natural-Gas/Can-North-African-Gas-Fill-The-Gap-In-Europe.html>
- Wigell, M., & Vihma, A. (2016). Geopolitics versus geoeconomics: the case of Russia's geostrategy and its effects on the EU. *International Affairs*, 92(3), 605-627.
- Wigell, M., & Vihma, A. (2016). Geopolitics versus geoeconomics: the case of Russia's geostrategy and its effects on the EU. *International Affairs*, 605-627.
- Wilson, A. (2015). *European Energy Security Strategy*.
- Wilson, A. (2022). Future Shocks 2022: Strengthening our energy security. *Future Shocks 2022: Addressing risks and building capabilities for Europe in a contested world*. European Parliamentary Research Service. Retrieved from [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/729374/EPRS_STU\(2022\)729374_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/729374/EPRS_STU(2022)729374_EN.pdf)
- Wilson, A. B., & Dobрева, A. (2019, julho). *Energy supply and security*. Retrieved from European Parliament: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/630275/EPRS_BRI\(2018\)630275_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/630275/EPRS_BRI(2018)630275_EN.pdf)
- Winzer, C. (2012). Conceptualizing Energy Security. *Energy Policy*, 36-48.

Yergin, D. (2008). *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power*.
Yermakov, V., & Mitrova, T. (2019). *Russia's Energy Strategy - 2035*. IFRI.